

CAUTELA COM PREVIDÊNCIA E GREVE GERAL ELEVAM DÓLAR

MERCADO MOSTRA PREOCUPAÇÃO COM REFORMAS

SÃO PAULO – Na véspera da greve geral, o dólar teve um dia volátil. Pela manhã, a vitória do governo na votação da reforma trabalhista na Câmara trouxe um alívio aos mercados domésticos, mas perto do meio da sessão os temores com a reforma da Previdência e a paralisação marcada para hoje fizeram a moeda inverter a direção e passar a subir.

Já perto do fim do pregão, operadores citaram que a alta dos últimos dias pode ter sido excessiva e o câmbio terminou com leve elevação.

O dólar à vista no balcão fechou em alta de 0,24%, a R\$3,1818, após oscilar entre a mínima de R\$ 3,1573 (-0,53%) e a máxima de R\$

3,1889 (+0,47%). Com isso, renovou o maior patamar de fechamento desde 9 de março (R\$ 3,1945). Nas últimas três sessões, acumula alta de 1,76%.

Na noite da última quarta-feira, após uma sessão bastante tumultuada, o governo conseguiu aprovar a reforma trabalhista na Câmara por 296 votos favoráveis e 177 contrários.

O número superou bastante o mínimo necessário para essa lei ordinária, que era de maioria simples, mas ainda não chegou no nível de três quintos (ou 308 votos) preciso para aprovar a reforma da Previdência, que é uma proposta de emenda constitucional. A votação foi vista pelos

participantes do mercado como levemente positiva, o que não significa que a aprovação da Previdência esteja garantida.

A preocupação aumentou quando o presidente da comissão especial na Câmara, Carlos Marun (PMDB-MS), decidiu adiar a votação do parecer do dia 2 para o dia 3. Existem temores de que isso possa ser postergado ainda mais.

BOVESPA

Guiada por diferentes influências, a Bovespa teve um desempenho majoritariamente negativo ontem, comandado por ações ligadas a commodities.

Resultados corporativos, oscilações internacionais e cenário político do

méstico foram algumas das variáveis do dia. Também não fugiram da atenção dos investidores as manifestações populares previstos para hoje.

Após alternar movimentos de alta e baixa, o Índice Bovespa terminou o dia aos 64.676,55 pontos, com queda de 0,29%. Os negócios somaram R\$ 7,75 bilhões.

Com expectativa de atos de protesto contra as reformas ao longo do fim de semana prolongado, o sentimento no mercado era de “esperar para ver o alcance”. A leitura é de que o tamanho da adesão aos movimentos será diretamente proporcional à pressão sobre políticos que estão atentos às eleições de 2018.

Agência Estado

CEMIG FICA COM USINAS ATÉ LEILÃO

BRASÍLIA – O Ministério de Minas e Energia (MME) designou a Cemig responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica das usinas de Miranda e de Jaguará para garantir a continuidade do serviço até que os novos concessionários vencedores dos leilões das usinas assumam os empreendimentos.

A relicitação das duas usinas, antes concedidas à Cemig, deve ocorrer até o dia 30 de setembro.

A designação da Cemig como gestora das hidrelétricas consta de duas portarias publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

De acordo com os documentos, o Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG) da Usina de Miranda será de R\$ 29,645 milhões por ano e será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração (RAG) inicial da usina.

Para a Jaguará, o GAG foi

fixado em R\$ 36,634 milhões por ano.

AÇÃO CONTRA “GATOS”

Ontem, a Cemig realizou uma ação simultânea em dez cidades mineiras para identificar possíveis ligações irregulares, popularmente conhecidas como “gatos”.

O mutirão acontece durante toda a semana. A companhia deve realizar 650 inspeções em medidores de consumo de energia e 5 mil cortes por inadimplência. O retorno financeiro é estimado em R\$ 10 milhões.

Técnicos da Cemig vistoriaram equipamentos de clientes residenciais e comerciais de Belo Horizonte e cidades do interior.

Além das inspeções de rotina, a Cemig intensificou o combate às ligações irregulares e realiza, a cada 15 dias, mutirões para minimizar o prejuízo de cerca de R\$ 300 milhões anuais com fuga de energia.

Agência Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PMI/SMA/SUCON Nº 020/2017
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMI/SMA/SUCON Nº 001/2017

Pelo presente termo, HOMOLOGO o PROCESSO LICITATÓRIO PMI/SMA/SUCON Nº 020/2017 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMI/SMA/SUCON Nº 001/2017 - Contratação de empresa para fornecimento de ETA pré fabricada, para implantação na obra de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Itabira - ETA GATOS, no município de Itabira/MG, **que teve como vencedora a empresa Bio G Sistemas de Saneamento Ltda EPP, para todos os fins de direitos, por estar em conformidade com a Lei 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas Leis 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99, pelo valor global de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), vinculados ao prazo de 150 (cento e cinquenta) dias.**

Itabira, 27 de abril de 2017.

DEOCLÉCIO FONSECA MAFRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO
FRANCISCO SOARES DA SILVA JUNIOR (RG n.º 875255 e CPF/MF n.º 407.944.313-72) DECLARA suas intenções de exercer cargo estatutário na Diretoria do **BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A.** (CNPJ/MF n.º 71.371.686/0001-75), na posição de Diretor Presidente, e que preenche as condições estabelecidas no art. 2.º do Regulamento Anexo II à Resolução n.º 4.122, de 2 de agosto de 2012. Ainda, ESCLARECE que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Gerência Técnica em São Paulo I - GTSP1 - Avenida Paulista 1804 – 5º andar - 01310-922 – São Paulo – SP



**HOJE
EM DIA**

LEIA E ASSINE (31) 3253-2222
(PROVISÓRIO)

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS - SGR S.A.

CNPJ nº 05.652.405/0001-28

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, vimos com satisfação submeter à consideração de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Colocamos-nos ao inteiro dispor de V.Sas., em nossa sede social, para quaisquer esclarecimentos relativos às contas prestadas.

Jatubá, 17 de Abril 2017

A Diretoria

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2016	31/12/2015
ATIVOS/CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	—	2
Contas a receber	5	5
Impostos a recuperar	3	2
Total dos ativos circulantes	8	9
NÃO CIRCULANTES		
Imobilizado	650	650
Total dos ativos não circulantes	650	850
TOTAL DOS ATIVOS	658	659

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO/CIRCULANTES

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	34	31
Impostos a recolher	6	5
Total dos passivos circulantes	40	36
NÃO CIRCULANTES		
Partes relacionadas	2.570	2.551
Total dos passivos não circulantes	2.570	2.551
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS CAPITALIZÁVEIS		
Capital Social		
Subscrito	2.610	2.610
Prejuízos acumulados	(4.538)	(4.514)
Total do patrimônio líquido	(1.928)	(1.904)
Total do patrimônio líquido e dos recursos capitalizáveis	(1.952)	(1.928)
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	658	659

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Principais Práticas Contábeis: As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2. Imobilizado: É composto por Terrenos em ambos os exercícios. 3. Impostos e Contribuições a Recolher: São representados por: 2016 2015

Retidas a Recolher	6.201	5.745
INSS a Recolher	—	—
Total	6.201	5.745

4. Capital Social: O capital social é representado por 2.610.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Os acionistas da sociedade e suas respectivas participações são demonstra- dos a seguir:

Gaia Ambiental Empreendimentos Ltda.	51,0%
RKM Engenharia Ltda.	24,5%
SG & M Mafra Guimarães Ltda.	24,5%

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(5)	(33)
Administrativas	(19)	(22)
Despesas Financeiras	—	(1)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(24)	(56)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro (Prejuízo) do exercício	(24)
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais:	
Impostos a recuperar	1
Partes relacionadas	18
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:	
Fornecedores	4
Impostos a recolher	1
Juros pagos:	
Outros passivos	—
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	—
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	—
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	—
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	—
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	—
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	—

Prefeitura M. de Ilícinea. Leilão 01/2017. Venda de seus bens inservíveis. Lances online: 02/05/17 à 16/05/17, 09 hs. Leilão presencial: 16/05/17, 10 hs no antigo Parque de Exposições, R: Querubino Moscardini, s/nº, Glória. Inf: (31) 3243-1107

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔRREGO FUNDO/MG
Extrato de ata nº. 016/2017, Processo Licitatório nº. 0177/2017 - Pregão Presencial no registro de preços nº. 017/2017. Objeto: Aquisição de 01 veículo novo, zero km, 04 portas, cor branca, mínimo 05 lugares com motorista, ano/modelo 2017, combustível flex, para utilização na Secretaria Municipal de Saúde; recurso oriundo conforme portaria nº. 3.134, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔRREGO FUNDO. Contratada: AUTO CECÍLIA LTDA Valor total: R\$39.300,00 (trinta e nove mil e trezentos reais). Vigência: A partir de sua assinatura e término em 12 meses. Córrego Fundo, 27 de abril de 2017. Érica Maria Leão Costa - Prefeita Municipal.

Regis Jean Daniel Hahn
Diretor Presidente
CPF: 057.682.967-60

Jéssica Borsarini
Contadora
CRC ISP270848



EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A.

CNPJ: 18.528.267/0001-11

1/3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2016

Senhor Acionista,

A Diretoria da EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S's. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Empresa, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

1. GESTÃO EMPRESARIAL

1.1. Gestão de negócios

Em cumprimento ao seu objeto social, a Companhia atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos. No exercício de 2016, foram pagos como contraprestações aos Parceiros Privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$213.379 mil. No exercício de 2015, foram pagos R\$262.435 mil.

Pagamentos de Contraprestações - (R\$ mil)		
Parcerias Público-Privadas	2015	2016
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	137.521	95.933
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	99.466	90.827
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	25.448	26.619
Total	262.435	213.379

A EMIP atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso, tendo auferido neste exercício uma receita líquida de R\$944 mil com a venda de 25 imóveis por meio de concorrências públicas. No exercício anterior, foi apurada receita líquida de R\$1.061 mil com a venda de 26 imóveis. Restam no estoque de imóveis disponíveis para venda 110 imóveis, registrados pelo valor de R\$8.361 mil. Com base nos mais recentes laudos de avaliação desses imóveis, a Companhia registrou um impairment de R\$2.137 mil, de modo a refletir o valor justo que é de R\$6.224 mil.

Estoque de Imóveis	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Posição em 31/12/2015	135	9.878
Imóveis vendidos	(25)	(1.517)
Impairment de imóveis disponíveis para venda	-	(2.137)
Posição em 31/12/2016	110	6.224

1.2. Recursos Humanos

A Companhia utiliza a mão de obra dos empregados de sua controladora, valendo-se de Convênio de Cooperação Técnica firmado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia

possui em seu passivo o montante de R\$757 mil a pagar à MGI relativo ao compartilhamento de mão de obra, nos termos do convênio firmado.

2. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

A EMIP auferiu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, receita operacional líquida de R\$944 mil proveniente da comercialização de bens imóveis próprios não de uso, apresentando uma redução de 11% em relação ao exercício de 2015, quando auferiu R\$1.061 mil. O custo apurado no exercício totalizou R\$1.549 mil, composto por: (i) R\$1.517 mil relativo ao custo de aquisição dos imóveis vendidos; (ii) R\$28 mil relativo ao custo de avaliação dos imóveis vendidos; (iii) R\$4 mil relativo ao IPTU dos imóveis vendidos. No exercício anterior, o custo foi 15% superior, totalizando R\$1.812 mil.

Dessa forma, a EMIP apurou, no exercício de 2016, prejuízo operacional bruto de R\$605 mil, enquanto no exercício de 2015 o prejuízo foi de R\$751 mil. O prejuízo operacional observado em ambos os exercícios ocorreu porque alguns imóveis vendidos apresentaram desvalorização em relação ao custo de aquisição.

O resultado financeiro líquido apurado pela Companhia no exercício de 2016 foi de R\$263 mil, inferior em 97% ao resultado apurado no exercício de 2015, que foi de R\$9.445 mil. Esse resultado refere-se aos rendimentos de aplicações financeiras, deduzidos IOF e despesas bancárias. Esta diminuição decorre da redução do montante de recursos aplicados, em razão da execução dos pagamentos de contraprestações das parcerias público-privadas.

Com base nos resultados supramencionados, a EMIP auferiu no exercício de 2016 prejuízo líquido de R\$4.230 mil, enquanto no exercício anterior alcançou lucro de R\$4.867 mil. Essa redução de 187% observada no resultado líquido decorre, sobretudo, da redução das receitas financeiras, que foram fator preponderante para o lucro alcançado em 2015.

Considerando que a principal atividade fim da EMIP, pela qual foi fundada, é a atuação como mandatária do Estado de Minas Gerais no âmbito das PPP's, a Administração considera cumpridos seus objetivos definidos para o exercício.

3. AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

4. AGRADECIMENTOS

A Administração da EMIP considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2016 e agradece o apoio e a orientação recebidos de sua controladora MGI, da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus colaboradores.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2016.

A Administração.

Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)							
A T I V O	Notas	2016	2015	P A S S I V O	Notas	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	140	1.004	Fornecedores e outras			
Tributos a recuperar	6	200	1.363	contas a pagar	9.a	757	101
Imóveis Para Venda	8	6.224	9.878	Salários e encargos sociais		21	17
Outras contas		30	20	Tributos a recolher		149	73
Total do Ativo Circulante		6.594	12.265	Dividendos a pagar		-	1.156
				Obrigações por repasse		81	686
Depósitos judiciais		91	-	Total do Passivo Circulante		1.008	2.033
Contas a receber do EMG	5	41.028	40.743				
Tributos a recuperar	6	1.197	-	Patrimônio líquido			
Imobilizado		1	2	Capital social	10.a	50.248	45.624
Total do Ativo Não Circulante		42.317	40.745	Lucro/Prejuízo acumulado	10	(2.345)	5.353
				Total do Patrimônio Líquido		47.903	50.977
TOTAL DO ATIVO		48.911	53.010	TOTAL DO PASSIVO		48.911	53.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)						
	Notas	Reservas de lucros		Lucros		
		Capital social	Legal	Retenção de Lucros	Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014		26.025	1.642	14.699	-	42.366
Integralização de capital		95.000	-	-	-	95.000
Aumento de Capital com retenção de lucros		14.699	-	(14.699)	-	-
Reversão de dividendos a pagar exercício anterior		4.900	-	-	-	4.900
Capital a Integralizar		(40.540)	-	-	-	(40.540)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.867	4.867
Reserva legal		-	243	-	(243)	-
Dividendos obrigatórios distribuídos		-	-	-	(1.156)	(1.156)
Retenção de lucros		-	-	3.468	(3.468)	-
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP		(54.460)	-	-	-	(54.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		45.624	1.885	3.468	-	50.977
Integralização de capital	10.a	10.000	-	-	-	10.000
Aumento de Capital com retenção de lucros		3.468	-	(3.468)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.a	162.554	-	-	-	162.554
Reversão de dividendos a pagar exercício anterior		1.156	-	-	-	1.156
Capital a Integralizar	10.a	40.540	-	-	-	40.540
Prejuízo do exercício	10.d	-	-	-	(4.230)	(4.230)
Reserva legal	10.b	-	(1.885)	-	1.885	-
Reclassificação para Obrigação por Repasse - PPP		(213.094)	-	-	-	(213.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		50.248	-	-	(2.345)	47.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)	
---	--

1 Contexto operacional

Em 2003, inspirado em experiências internacionais, o Governo de Minas estabeleceu o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP), com o objetivo de atrair investimentos privados em infraestrutura, por meio de relações contratuais de longo prazo. Para tanto, havia a necessidade de estabelecer mecanismos eficientes de regulação dos contratos.

Os primeiros parâmetros legais direcionados à regulação dos contratos de PPP no País foram aprovados em Minas Gerais em dezembro de 2003, por meio da Lei Estadual nº 14.868/03. Segundo essa lei, cabe ao ente privado contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos, sendo remunerado segundo o desempenho obtido nas atividades contratadas. Além de criar o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, a importância desta lei está na criação do ambiente institucional para a modelagem e

implantação de contratos de PPP, uma vez que instituiu o Conselho Gestor de PPP e a Unidade de PPP como unidades integrantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Após a consolidação institucional e o desenvolvimento dos estudos de modelagem de projetos específicos, o Estado de Minas Gerais, visando o aperfeiçoamento do Programa Estadual de PPP's e o aprimoramento do mecanismo de mobilização de recursos para o pagamento das contraprestações e oferecimento de garantias, O Estado, em 2011, por meio da Lei Estadual nº 19.968 de 26/12/2011, autorizou a MGI – Minas Gerais Participações S.A., pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”), a constituir subsidiária, em conformidade com a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de julho de 2013,

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2016	2015
Receita	11	944	1.061
Custos	12	(1.549)	(1.812)
Resultado bruto		(605)	(751)
Despesas administrativas	12	(1.755)	(1.356)
Outras receitas		4	-
Perda na recuperação de imóveis para venda	8.a	(2.137)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(4.493)	(2.107)
Receitas financeiras	13	309	9.501
Despesas financeiras	13	(46)	(56)
Receitas financeiras, líquidas		263	9.445
Resultado antes dos impostos		(4.230)	7.338
Impostos de renda	7	-	(1.811)
Contribuição social	7	-	(660)
		-	(2.471)
		(4.230)	4.867
Resultado do exercício		(9)	10
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)		(9)	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2016	2015
Resultado do exercício	10-d	(4.230)	4.867
Resultado Abrangente Total		(4.230)	4.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

com a finalidade de realizar operações estruturadas de mercado relacionadas com seus ativos.

Portanto, nesse contexto, em 16 de julho de 2013, foi lavrada no cartório do décimo ofício de notas de Belo Horizonte, Livro 952 N, folha 1, a escritura pública de constituição de subsidiária integral da MGI, denominada EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (“Companhia”), pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, que possui como principais objetivos, conforme art. 3º do seu Estatuto Social: (a) titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, (b) estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, (c) assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP), (d) elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e parcerias público-privadas, (e) auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura podendo assumir obrigações, (f) prestar garantias, (g) celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, (h) participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de março de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da EMIP. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC/IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo serão aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios subsequentes dessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a EMIP se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro não é reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber de clientes e outros créditos e títulos e valores mobiliários.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações

Demonstrações dos fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)			
	2016	2015	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do Exercício	(4.230)	4.867	
Ajustes para:			
Perda na recuperação de imóveis para venda	2.137	-	
	(2.093)	4.867	
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	-	201.636	
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	(34)	201	
(Aumento)/Diminuição Imóveis para Venda	1.517	1.771	
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais	(91)	-	
(Aumento)/Diminuição contas a receber do EMG	(213.378)	(262.435)	
(Aumento)/Diminuição de outras contas	(10)	(20)	
Aumento/(Diminuição) de fornecedores	656	53	
Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais	4	9	
Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher	76	(204)	
Aumento/(Diminuição) de obrigações por repasse	(605)	668	
Caixa gerado nas atividades operacionais	(213.958)	(53.454)	
Aquisições imobilizado/intangível	-	(2)	
Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento	-	(2)	
Aumento Capital Social	213.094	74.059	
Reserva de lucros a destinar (Integralização de capital)	-	(19.599)	
Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento	213.094	54.460	
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(864)	1.004	
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	140	1.004	
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.004	-	
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(864)	1.004	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

financeiras de renda fixa com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo. (Veja nota 4).

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber do Estado de Minas Gerais referente aos pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas realizados, (Veja nota 5). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de negócio da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Ativos mantidos para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de conversão de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado, (veja nota 8).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: impostos a pagar, dividendos a pagar e obrigações por repasse.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios foram creditados durante o exercício de competência.

b. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.



EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A.

CNPJ: 18.528.267/0001-11

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais)

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

c. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos de aplicações em fundos de investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos, deduzidos do PIS e COFINS não cumulativos incidentes sobre as receitas financeiras.

As despesas financeiras abrangem de encargos financeiros e impostos incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

e. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

f. Novas normas e interpretações ainda não adotadas.

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia, não planeja adotar estas normas de forma antecipadas.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a comercialização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com a adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S.GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir ou após 1º de janeiro de 2017, com a adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Portanto, a adoção antecipada não é permitida.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos	9	3
Aplicações Financeiras	131	1.001
Total apresentado	140	1.004

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating Aa1, baseado na agência Moody’s.

5 Contas a receber do EMG

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Valores a receber do Estado ref. pagamento de PPP	14	715.622	502.243
Obrigações por repasse PPP		(674.594)	(461.500)
Contas a Receber - total apresentado		41.028	40.743

A EMIP possui o valor de R\$715.622 a receber do Estado de Minas Gerais referente aos pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas realizados, conforme nota 14. Em contrapartida, a Companhia recebeu de sua controladora, MGI, conforme autorizado pelo Estado de Minas Gerais, aportes de capital no valor de R\$674.594 para pagamentos de contraprestações. Desta forma, a Companhia possui um saldo líquido de R\$41.028 a receber do Estado de Minas Gerais. A administração não tem certeza de como será sua realização e como se trata de uma operação com parte relacionada sem incidência de juros, não foi reconhecido o ajuste a valor presente.

6 Tributos a recuperar

		31/12/2016	31/12/2015
Tributos Retidos em Aplicações Financeiras	(a)	25	1.144
Imposto de Renda e Contribuição Social - estimativa		-	219
Tributos a recuperar de PIS/COFINS/IRPJ/CSLL	(b)	175	-
Ativo Circulante		200	1.363
Tributos a recuperar de IRPJ/CSLL	(b)	1.197	-
Ativo Não Circulante		1.197	-
Total		1.397	1.363

(a) A Companhia registrou, em 31 de dezembro de 2016, créditos de IRRF decorrentes de aplicações financeiras.

(b) Refere-se ao pagamento a maior de PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social em anos anteriores, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, conforme legislação vigente. A Emip transferiu para longo prazo os valores estimados que não serão compensados nos próximos 12 meses. O saldo remanescente será compensado à medida que novos impostos a recolher forem apurados.

7 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimento mensal por estimativa. Os tributos definitivos são apurados ao término de cada exercício social.

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes dos impostos		(4.230)	7.338
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	10-c	-	(1.156)
Base de cálculo para IRPJ		(4.230)	6.182
Total Imposto de renda e contribuição social		-	(2.471)
Taxa efetiva		0,00%	39,97%

8 Ativos mantidos para venda

A EMIP possui em seu ativo, em 31 de dezembro de 2016, 110 imóveis não de uso disponíveis para venda, avaliados em R\$6.224. Esses imóveis são provenientes de aumento de capital promovido pela controladora MGI, em janeiro de 2014, mediante incorporação de imóveis. No exercício de 2016, esses imóveis apresentaram a seguinte movimentação:

	Quantidade	Valor
Saldo em 31/12/2015	135	9.878
Baixa de imóveis vendidos	(25)	(1.517)
Impairment de imóveis disponíveis para venda	(a)	-
Saldo em 31/12/2016	110	6.224

(a) Foi registrada uma provisão de R\$2.137 para redução ao valor recuperável sobre o grupo de Imóveis para venda do seu valor contábil ao seu valor justo deduzido de custo para venda na demonstração do resultado do exercício em rubrica de “Perda na recuperação de imóveis para venda”..

9 Partes relacionadas

	31/12/2016		31/12/2015	
Partes Relacionadas	MGI	Total	MGI	Total
Passivo - Fornecedores e outras contas a pagar (a)	757	757	101	101
Passivo - Obrigações com PPP (b)	674.594	674.594	461.500	461.500
Total	675.351	675.351	461.601	461.601

(a) A Companhia possui com sua controladora, MGI, um convênio de Cooperação Técnica de compartilhamento funcional. Nos termos desse convênio, a EMIP deve à sua controladora, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$757.

(b) A Companhia recebeu de sua controladora, no exercício de 2016, o montante de R\$674.594, como aporte de capital, destinado ao pagamento de contraprestações de PPP’s.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existem benefícios no curto nem no longo prazo ou remuneração baseada em ações e a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	Controladora e Consolidado	31/12/2016	31/12/2015
Honorários e Encargos			
Diretoria		263	231
Conselho de Administração		294	73
Total		557	304

10 Patrimônio líquido

a. Capital Social

No exercício de 2016, a EMIP promoveu aumentos de capital no valor de R\$4.624 mediante reversão de dividendos a pagar e

utilização de lucros a destinar, conforme AGO de 05/05/2016.

Sua controladora, MGI, promoveu na EMIP aumento de capital no montante de R\$50.540 e adiantamentos para futuro aumento de capital no valor de R\$162.554, destinados a pagamentos de contraprestações de PPP’s.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital social integralizado no valor de R\$ 724.841.

A EMIP reclassificou parte do capital social do Patrimônio Líquido para o Passivo não Circulante, conforme requerido pelo CPC 39.

	31/12/2015	movimentações	31/12/2016
Capital Social			
Subscrito	547.664	10.000	557.664
Aumento de Capital com reversão de dividendos	-	1.156	1.156
Aumento de Capital com Lucros a destinar	-	3.468	3.468
Capital Social a Integralizar	(40.540)	40.540	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	162.554	162.554
Total Capital Social integralizado	507.124	217.718	724.842
Reclassificação obrigação por Repasse PPP	(461.500)	(213.094)	(674.594)
Total Obrigações por Repasse	(461.500)	(213.094)	(674.594)
Capital Social apresentado - CPC 39	45.624	4.624	50.248

O quadro abaixo demonstra a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016:

	Ações	Participação	%
ACIONISTAS			
MGI - Minas Gerais Participações S.A.	478.487.293		100,00
Totais	478.487.293		100,00

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado	(4.230)	4.867
Reserva Legal - 5%	-	243
A reserva legal apresentava um saldo de R\$1.885, sendo este utilizado totalmente para compensar o prejuízo apurado no exercício.		

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei.

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Resultado Líquido	(4.230)	4.867	
Reserva Legal	10-b	-	(243)
Base de Cálculo para dividendos		-	4.624
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)		-	1.156

d. Prejuízo líquido por ação básico

	31/12/2016	31/12/2015
Média da quantidade de ações no período (em milhares)	478.487	478.487
Resultado do período	(4.230)	4.867
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	(8,84)	10,17

11 Receita operacional

A receita operacional da Companhia é gerada pela venda de seus bens imóveis não de uso. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a EMIP vendeu 25 imóveis por meio de concorrências públicas, arrecadando o valor total de R\$ 1.041, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas de vendas de imóveis	1.041	1.166
PIS/COFINS	(97)	(105)
Receita Líquida	944	1.061

O quadro abaixo demonstra o sumário da operação:

	31/12/2016	31/12/2015
A t i v o	31/12/2016	Ajuste divulgado
Contas a receber EMG	715.622	(674.594)
Total do ativo não circulante	716.911	(674.594)
Total do ativo	723.505	(674.594)
A t i v o	31/12/2015	Ajuste divulgado
Contas a receber EMG	502.243	(461.500)
Total do ativo não circulante	502.245	(461.500)
Total do ativo	514.510	(461.500)

Os efeitos dos procedimentos de reclassificação efetuados no balanço da EMIP não afetam o Capital Social e a quantidade de ações que a MGI detém. Os mesmos foram realizados para atendimento as normas contábeis brasileiras.

15 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito,
- Risco de liquidez,
- Risco de mercado,

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. A Companhia não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Os ativos financeiros da Companhia mensurados a valor justo

12 Custos e despesas

	31/12/2016	31/12/2015
Custo de Aquisição de Imóveis	1.517	1.771
Custo de Avaliação de Bens Imóveis	28	34
Custo de IPTU	4	7
Custos	1.549	1.812
Despesas com Pessoal	828	419
Despesas Administrativas	927	938
Despesas	1.755	1.357
Total	3.304	3.169

A companhia apurou margem negativa no seu resultado, custo maior que receita, devido ao reconhecimento do impairment após outubro de 2016.

13 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas Financeiras		
Receitas aplicações financeiras	151	9.576
Receitas de atualização de créditos PIS/COFINS	170	-
	(12)	(75)
Despesas Financeiras		
IOF	(46)	(56)
Resultado Financeiro Líquido	263	9.445

14 Parcerias Público-Privadas

As parcerias público-privadas compreendem diversas formas de relacionamento entre o Estado e a iniciativa privada com vistas ao desenvolvimento de infraestrutura e de serviços de interesse público. A iniciativa privada entra com a capacidade de investir e de financiar, com a flexibilidade e com a competência gerencial e operacional, enquanto o setor público assegura a satisfação do interesse público.

O ente privado participa da implantação e do desenvolvimento de obra, serviço ou empreendimento público, bem como da exploração e da gestão das atividades deles decorrentes, cabendo-lhe contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos. O Estado, além de garantir o atendimento do interesse público no desenvolvimento e na execução dos contratos celebrados, ficará também responsável pela remuneração parcial ou integral do parceiro privado, remuneração essa que será vinculada ao desempenho do parceiro privado, e por contratar empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento permanente do processo de aferição do desempenho da concessionária – Verificador Independente, no âmbito da relação contratual.

No sentido de dar mais credibilidade à remuneração ao parceiro privado, o Estado criou, em 16 de julho de 2013, a EMIP – Empresa Mineira de parcerias S/A, tendo como um dos objetivos assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP).

Em 2016, foram pagos como contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais aos Parceiros Privados o montante de R\$ 213.379, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2015	Movimentação	31/12/2016
Parcerias Público-Privadas	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	274.330	95.933	370.263
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	181.124	90.827	271.951
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	46.789	26.619	73.408
	502.243	213.379	715.622

Reclassificação e Apresentação

(i) A EMIP foi constituída inicialmente com um capital social de R\$533.275, totalmente subscrito e integralizado pela MGI. Do total recebido, R\$530.516 foram destinados para os pagamentos das contraprestações, efetuadas pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados, das Parcerias Público-Privadas – Minas Arena, Gestores Prisionais Associados e Minas Cidadão Centrais de Atendimento.

Nesse sentido, por atuar apenas como um agente do Estado de Minas Gerais, a Companhia reclassificou o valor de R\$674.594, referente aos aportes de capital recebidos de 2013 a 2016, do Patrimônio Líquido para o Passivo não Circulante, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e conforme CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

	31/12/2016	31/12/2015
P a s s i v o	31/12/2016	Ajuste divulgado
Obrigações por repasse - PPP	674.594	(674.594)
Total do passivo não circulante	674.594	(674.594)
Total do passivo e PL	723.505	(674.594)

	31/12/2015	31/12/2016
P a s s i v o	31/12/2015	Ajuste divulgado
Obrigações por repasse - PPP	461.500	(461.500)
Total do passivo não circulante	461.500	(461.500)
Total do passivo e PL	514.510	(461.500)

resumem-se às aplicações financeiras e contas a receber de clientes, que estão dentro do nível 1 da Hierarquia do valor justo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, o qual atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A EMIP, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas



EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A.

CNPJ: 18.528.267/0001-11

3/3

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais)

decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

d. Exposição a riscos de crédito

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme abaixo (2016 e 2015):

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Equivalentes de Caixa	4	131	1.001
Contas a receber de clientes	5	41.028	40.743
Total		41.159	41.744

e. Perdas por redução no valor recuperável

Contas a receber de clientes e outros créditos

Estes ativos estão representados pelas contas a receber decorrentes dos pagamentos efetuados aos parceiros privados, em decorrência da atuação da Companhia como mandatária do Estado de Minas Gerais em Contratos de Concessões e Parcerias Público-Privadas.

f. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez

é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de dividendos ordinários.

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Passivo financeiro não derivativo			
Fornecedores e outras	9.a	757	101
contas a pagar			
JSCP e dividendos a pagar	10-c	-	1.156
Total		757	1.257

g. Risco de taxa de juros

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos). Na data das informações o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Indexador DI			
Aplicações Financeiras -			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	131	1.001
Total		131	1.001

h. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

i. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A.
Belo Horizonte – Minas Gerais

1 Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2 Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3 Enfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 14, que descreve o processo de parcerias público-privadas “PPPs” e demonstra que o Estado de Minas Gerais, além de garantir o atendimento do interesse público no desenvolvimento e na execução dos contratos

celebrados, é também responsável pela remuneração parcial ou integral do parceiro privado e por contratar empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento permanente do processo de aferição do desempenho da concessionária - Verificador Independente, no âmbito da relação contratual. Tendo a EMIP responsável somente pelo repasses dos recursos recebidos e aprovados pelo Estado de Minas Gerais. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

4 Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

5 Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

6 Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações

- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Padrões éticos e comerciais.

16 Evento Subsequente

Em 11, 25 de janeiro de 2017 e 22 de fevereiro de 2017, a MGI realizou na EMIP o AFAC nos valores de R\$ 5.071, R\$7.000, e R\$14.900, respectivamente, para cumprimento de obrigação de PPP's.

Conselho de Administração
Paulo de Souza Duarte – Presidente
Marco Antonio Viana Leite – Vice-Presidente
João Cruz Reis Filho – Conselheiro
Francisco Eduardo Moreira – Conselheiro
Luis Gustavo D'Ávila Riani – Conselheiro
Manoel Nazareno Procópio de Moura – Conselheiro
Alcione Maria Martins Comonian – Conselheira
Diretoria Executiva
Antônio Eustáquio da Silveira – Diretor Presidente
Walmir Pinheiro de Faria – Diretor Executivo
Contador responsável
Flavio Augusto Sampaio Menezes
CRC/MG 68.072/O-9

feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de março de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, e em reunião realizada nesta data, conheceu o Relatório Anual da Administração sobre as atividades sociais e os principais fatos administrativos do exercício, examinou as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, complementadas por Notas Explicativas. Considerando, ainda, o Relatório da KPMG - Auditores Independentes, de 30 de março de 2017, entendemos que elas representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa e opinamos favoravelmente à aprovação dos referidos documentos

Suzana Campos de Abreu

Tânia Marcia de Araújo

Enzo Pereira Botelho

Antonio Evangelista Teixeira

EDITAL PARA INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

LUIZ FERNANDO CHAGAS, Oficial do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Inhapim, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.

Pelo presente Edital, na qualidade de Oficial do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Inhapim-MG, segundo as atribuições conferidas pelo Art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pelo credor da Cédula a seguir mencionada, procedo à **INTIMAÇÃO de GILBERTO RAMOS DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido em 12/09/1972, portador da identidade MG 8.892.825, expedida por P.CIV/MG e do Cpt: 916.745.496-87, residente e domiciliado na rua Vereador Jose da Silveira, nº 160, Residencial Esplanada, em São João do Oriente MG, e, não encontrei-o(a), sendo assim efetuei a intimação no endereço informado via Sedex mão própria nos endereços informados, os mesmos retornaram com a informação que não foi procurado na agência e no endereço da cidade de Ipaba foi informado que ele mudou para local incerto ou não sabido, motivo pelo qual deixei de efetuar a intimação, sem a ciência do(s) mesmo(s) e entrega da contra-fé, para que se dirija a este Serviço Registral de Imóveis, situado na Rua Alberto Azevedo, nr. 554, Loja 01, na cidade de Inhapim-MG, ou à Agência da Caixa Econômica Federal em Inhapim-MG onde deverá efetuar a purga do débito que, posicionado em 07/01/2017 correspondia a **R\$9.686,03**, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativos ao Contrato Habitacional nr. 844441027166-8, assinado em 03 de setembro de 2015, garantido por Alienação Fiduciária, registrada sob o número R-6-18.395 Livro 2-RG, de REGISTRO GERAL, em 08 de setembro de 2015, referente ao imóvel: **LOTE 03 / QUADRA 04** - com a área de **302,00m2 (trezentos e dois metros quadrados)** de terrenos legítimos, polígono irregular, sendo: de 01 para 02, 28°34'39" = 2,15m pela frente com a Rua Vereador José Silveira Tavares; de 02 para 03, 71°52'15" = 11,00m pela frente com a Rua Vereador José Silveira Tavares, 02 para 03, 145°36'29" = 22,67m pela lateral direita com o Lote 04; de 03 para 04, 237°33'01" = 12,50m pelos fundos com o Lote 09; de 04 para 01, 325°35'34" = 24,35m pela lateral esquerda com o Lote 02, contendo no referido lote uma casa residencial, contendo uma sala, uma cozinha, um banheiro, dois quartos, forrada de laje e coberta com telhado metálico, com a área total de **69,60m2**, situado na Rua Vereador José Silveira Tavares, nº 160, no Loteamento "Residencial Esplanada III", na cidade de São João do Oriente/MG, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da terceira e última publicação deste Edital nesse Jornal.

Serve também este Edital para que o(a) mesmo(a) fique cientificado(a) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do Art. 26 § 7º da Lei 9.514/97.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Inhapim, Estado de Minas Gerais, aos três (03) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e dezessete (2017). Eu, (eu), Luiz Fernando Chagas - Oficial, o digitei e assino,-

Luiz Fernando Chagas
Escrivão Substituto

SEVA ENGENHARIA ELETRÔNICA S/A

CNPJ 17.336.218/0001-60

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2016. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Contagem, 31 de Dezembro de 2016. A Diretoria

Demonstrações Contábeis - Comparativos Encerrados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores em R\$ Mil)

	2016	2015
Balancos Patrimoniais	20.763	23.522
Ativo: Circulante	7	3
Caixa	7	3
Bancos Conta Movimento	3	3
Aplicações Financeiras	806	17
Estoques	(3.1)	16.186
Clientes Nacionais	3.089	2.429
Adiantamentos a Fornecedores	378	350
Impostos a Recuperar	202	113
Títulos a Receber	8	80
Outras Contas	85	99
Não Circulante	15.762	15.702
Realizável a longo Prazo		
Empréstimos e Mútuos	1.581	1.773
Investimentos	-	72
Imobilizado	(3.2)	14.172
Diferido	9	62
Total do Ativo	36.525	39.224
Balancos Patrimoniais	2016	2015
Passivo: Circulante	4.347	3.854
Fornecedores	288	801
Obrigações Sociais	181	181
Obrigações Tributárias	226	446
Provisões	759	940
Contas a Pagar e Empréstimos	2.655	1.232
Dividendos a Pagar	-	254
Recebimentos Antecipados	238	-
Não Circulante	7.839	7.569
Exigível a Longo Prazo		
Empréstimos e Outras Contas	4.462	4.445
Dividendos a Pagar	3.377	3.123
Patrimônio Líquido	24.339	27.802
Capital Social	(4)	5.000
Correção Monetária do Capital	24	24
Reserva Legal	1.000	1.000
Reserva Incentivo Fiscal - Subvenção	(5)	15.307
Reservas de Lucros	3.008	13.083
Lucro/Prejuízo Acumulado	-	(3.798)
Total do Passivo	36.525	39.224

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional: A Seva Engenharia Eletrônica S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo iniciado suas atividades em 20/08/1993, com sede na cidade de Contagem-MG e tem por objeto social o desenvolvimento, representação, industrialização, comércio e testes de circuitos eletrônicos e aluguel de equipamentos.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Capital	Reserva de Capital	Reserva Legal
	5.000	24	1.000
	25.576	25.576	25.576
Saldo em 31/12/2015	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
Incentivo Fiscal Saldo Acumulado Subvenção	-	-	(13.903)
Incentivo Fiscal Subvenção Exercício	-	-	1.404
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-
Compensação Prejuízo do Exercício	-	-	(8.665)
Saldo em 31/12/2016	5.000	24	1.000
			3.008
			15.307

Nota: Incentivo Fiscal - Subvenção 2016:

A reserva de Incentivo fiscal referente ao exercício de 2016 será reconhecida contabilmente a medida que forem sendo apurados lucros nos exercícios subsequentes, conforme disposto na IN RF nº 1.515/14 - Art. 112 - Seção XXIV: §3º - Se, no período de apuração, a pessoa

Demonstração do Resultado do Exercício	2016	2015
Receita Operacional Bruta	20.256	19.505
(-) Impostos Incidentes Sobre Vendas	(174)	(195)
(-) Devoluções e Vendas Canceladas	(2.081)	(893)
Receita Operacional Líquida	18.001	18.417
(-) Custos dos Produtos e Mercadorias	(12.131)	(11.458)
Lucro Bruto	5.870	6.959
Despesas/Receitas Operacionais	(9.580)	(9.577)
Resultado Financeiro Líquido	(621)	(366)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-	-
Desp. Comerciais Administrativas	(8.623)	(8.970)
Despesas tributárias	(336)	(241)
Resultado Operacional	(3.710)	(2.619)
(+) Receitas não Operacionais	111	35
(-) Despesas não Operacionais	(82)	(263)
Resultado do Exercício	(3.681)	(2.847)
(-) Provisão para C.S.S.L.	-	(396)
(-) Provisão para I.R.P.J.	-	(966)
Lucro/Prej. Líquido do Exercício	(3.681)	(4.209)
Resultado Líquido por Ação	(0,74)	(0,84)

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

3. Principais Diretrizes Contábeis: 3.1. Os estoque estão avaliados pelo custo médio de aquisição dos insumos e demais critérios previstos na legislação fiscal, não superando o preço corrente de mercado. 3.2. Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição ou construção e apresentados pelo valor líquido de depreciações registradas pelas taxas determinadas pela legislação vigente. 3.3. No Resultado do Exercício, todas as receitas, custos e despesas estão demonstrados obedecendo o regime de competência dos exercícios.

4. Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado em 31/12/2015 é de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) e está representado por 5.000.000 (Cinco milhões) de ações ordinárias no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada.

5. A Reserva de Incentivo Fiscal: Subvenção reclassificada em 2016, refere-se à receita de subvenção dos exercícios de 2011 a 2015.

Diretoria: João Luiz Neves - Diretor Presidente
Geraldo Amâncio de Souza - Diretor Comercial
Peter Willi Friedrich - Diretor Administrativo

Demonstração dos Fluxos de Caixa	2016	2015
Atividades Operacionais	20.256	19.505
Resultado Líquido do Exercício	(3.681)	(4.209)
Despesas (Receitas) que não Afetam o Caixa		
Depreciação e Amortização	1.266	1.506
Despesas com Juros e Variações Monetárias	-	445
Resultado Equivalência Patrimonial	10	209
Amortização de Ágio	72	55
Provisões Trabalhistas	-	195
Valor Residual de Ativo Permanente Baixado	19	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	219	411
Subtotal	(2.095)	(1.389)
Variações nas Contas do Ativo Circulante e não Circulante		
(Aumento) Diminuição das Contas a Receber	(660)	175
(Aumento) Diminuição dos Estoques	4.242	456
(Aumento) Diminuição das Demais Contas	(31)	3.838
(Aumento) Diminuição não Circulante	192	205
3.743	4.074	
Variações nas Contas do Passivo Circulante e não Circulante		
Aumento (Diminuição) de Fornecedores	(513)	(147)
Aumento (Diminuição) de Tributos e Cont. Sociais	(220)	165
Aumento (Diminuição) de Outras Contas a Pagar	1.480	(1.155)
747	(1.137)	
2.396	2.148	

Caixa Liq. Gerado na Ativ. Operacional	55
Aumento (Diminuição) Investimento	(1.663)
(Aumento) Diminuição Imobilizado	(8.375)
Caixa Liq. Gerado na Ativ. Investimentos	53
Atividades de Financiamento	(1.610)
Novos Empréstimos e Financiamentos	-
Redução de Empréstimos e Outras Contas	11.308
Distribuição de Dividendos	7
Caixa Líquido Gerado Atividade Financeiras	7
Variação Líquida do Caixa	792
Caixa mais Equivalentes de Caixa Iniciais	22
Caixa mais Equivalentes de Caixa Finais	815
Variação Líquida do Caixa	793

João Marcelo Guerra de Ratis e Silva - Diretor de Engenharia
Contabilidade Forma Ltda. - CRCMG 007930
Cristina Mendanha Leão - Contadora - CRC



América Futebol Clube

CNPJ: 17.297.516/0001-42
Belo Horizonte / MG – Fundado em 30 de abril de 1912

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O América Futebol Clube apresenta nessa data aos seus associados, conselheiros, torcedores e colaboradores as Demonstrações Financeiras do exercício de 2016, acompanhadas de suas Notas Explicativas. No exercício de 2016 o Clube teve uma Receita Bruta Operacional de R\$ 59,5 milhões proveniente de diversas fontes de receita, destacando-se as Cotas de TV, Direitos Econômicos, Patrocínios e Patrimônio. Os Custos Operacionais, ou seja, os valores desembolsados com a atividade fim da Instituição, envolvem salários de atletas e comissão técnica, direitos de imagem, acordos trabalhistas, rescisões, comissões, luvas, despesas com as operações de jogos, premiações, dentre outros, atingiram o montante de R\$ 31 milhões, sendo que 93% (noventa e três por cento) do total foram gastos com o futebol profissional, 6% (seis por cento) com o futebol de base e 1% (um por cento) com o futebol feminino. Já as Despesas Operacionais Administrativas como, salários dos demais colaboradores, encargos sociais, manutenção do clube, serviços gerais, despesas relativas a ações de marketing e negócios, dentre outros, atingiram o montante de R\$ 8 milhões. Nesse exercício o América Futebol Clube apresentou superávit em suas contas, principalmente pelo aumento das receitas

de transmissões esportivas por participação na Série A do Campeonato Brasileiro e por maior controle de custos. Destacamos também o importante investimento realizado na compra do terreno anexo ao Centro de Treinamento Lanna Drummond, no montante aproximado de R\$ 3,5 milhões. Este terreno fará parte do Projeto Planeta América que já está em fase de execução. Além disso, foi firmada uma parceria com o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, que permitiu ao Clube a construção de um moderno vestiário anexo ao campo de treinamento do Centro de Treinamento Lanna Drummond. Outro aspecto relevante é o cumprimento rigoroso pelo Clube em relação às novas exigências legais. Foi necessário se adequar as normas atribuídas pela APFUT, órgão criado pelo Ministério dos Esportes, para fiscalizar os Clubes brasileiros perante a Lei nº 13.155 (PROFUT). Dessa forma, foi criado no sítio eletrônico do Clube, o Portal da Transparência, para que todas as informações e requisitos solicitados estejam disponíveis para consulta.

Belo Horizonte, 24 de Abril de 2.017.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Alencar Magalhães da Silveira Júnior

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - (Valores em Reais - R\$)

A T I V O		Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	P A S S I V O		Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa			21.576,80	370.759,73	Fornecedores		(2.10)	1.115.321,04	1.892.841,95
Contas a Receber		(2.2)	5.748.211,27	6.500.000,00	Empréstimos e Financiamentos		(2.11)	3.627.733,60	7.418.666,13
(-) Provisão Para Créditos em Liquidação		(2.2)	(1.595.946,27)	-	Salários e Ordenados		(2.12)	973.543,63	916.037,00
TOTAL DO CIRCULANTE			4.173.841,80	6.870.759,73	Obrigações Sociais e Provisão p/ Férias e Encargos		(2.12)	1.345.168,53	1.148.625,10
NÃO CIRCULANTE					Obrigações Tributárias		(2.13)	717.238,02	724.772,83
Realizável a Longo Prazo					Receitas a Apropriar		(2.14)	505.263,24	1.010.526,40
Aplicações Financeiras Vinculadas		(2.3)	1.496.790,27	2.122.569,89	Projetos e Convênios a Executar		(2.3)	2.874.854,78	2.691.340,62
Depósitos e Bloqueios Judiciais		(2.4)	828.113,51	53.804,88	TOTAL DO CIRCULANTE			11.159.122,84	15.802.810,03
Créditos a receber		(2.5)	5.399.349,71	13.351.264,16	NÃO CIRCULANTE				
Outros Créditos a Receber		(2.6)	4.000.000,00	-	Exigível a Longo Prazo				
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE			217.503.320,10	93.817.362,22	Empréstimos e Financiamentos		(2.15)	2.761.883,37	8.685.101,04
TOTAL DO ATIVO			221.677.161,90	100.688.121,95	Parceladas		(2.16)	35.273.322,28	31.355.726,93
					Provisão para Contingência		(2.17)	10.751.022,86	5.360.398,33
					Credores Internos		(2.18)	11.139.699,04	18.722.924,17
					- Partes Relacionadas		(2.19)	4.455.716,20	4.138.712,80
					TOTAL DO NÃO CIRCULANTE			64.381.643,75	68.262.863,27
					PATRIMÔNIO SOCIAL				
					Ajustes de Avaliação Patrimonial			190.512.201,41	73.862.463,57
					Déficit Acumulado			(44.375.806,10)	(57.240.014,90)
					TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL			146.136.395,31	16.622.448,66
					TOTAL DO PASSIVO			221.677.161,90	100.688.121,95

As notas explicativas anexas são partes integrantes dos quadros das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015: (Valores em Reais - R\$)				
	Superávit/(Déficit) Acumulado	Ajuste Avaliação Patrimonial	Total	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	(48.868.773,54)	89.317.622,75	40.448.849,21	
Déficit do exercício	(9.439.481,91)	-	(9.439.481,91)	
Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial	15.455.159,18	(15.455.159,18)	-	
Ajustes identificados de exercícios anteriores	(14.386.918,64)	-	(14.386.918,64)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	(57.240.014,91)	73.862.463,57	16.622.448,66	
Superávit do Exercício	9.531.195,43	-	9.531.195,43	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	118.349.184,84	118.349.184,84	
Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.699.447,00	(1.699.447,00)	-	
Ajustes identificados de exercícios anteriores	1.633.566,38	-	1.633.566,38	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	(44.375.806,10)	190.512.201,41	146.136.395,31	

As notas explicativas anexas são parte integrantes dos quadros das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores em Reais - R\$)

1) BREVE HISTÓRICO DO CLUBE: O AMÉRICA FUTEBOL CLUBE, com sede na Av. dos Andradas, nº 3.000, piso G1, do Boulevard Shopping, em Belo Horizonte - MG, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, fundado em 30 de abril de 1912, com atos constitutivos inscritos sob nº 120, em 30/09/1919 e seus posteriores atos consolidados no registro nº 72.532, do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Belo Horizonte, MG. Tem como objeto social: a) a prática do desporto profissional e amador em todas as suas modalidades, como forma participativa de promover recreação em prestação de serviços, em benefício da comunidade e, ainda, ensino para futuros talentos, referenciado aos princípios do desenvolvimento do espírito e práticas esportivas; b) o desenvolvimento de atividades de lazer e entretenimento de caráter desportivo, cultural, social e cívico. Em 31 de dezembro de 2016, o Clube operava com as seguintes unidades: 1- Sede Social (Administração), no Boulevard Shopping, 2- Centro de Treinamento “Lanna Drumond”, Região da Pampulha, em Belo Horizonte (Local de treinamento das equipes de categorias juvenil e infantil), 4- Estádio “Raimundo Sampaio”, o “Independência”, em Belo Horizonte. 5 - Área de expansão “Três Barras”, em Contagem-MG, com aproximadamente 89.000 m², 6- Área de aproximadamente 96.000 m² lindeira ao Centro de Treinamento “Lanna Drumond”. O Estádio “Raimundo Sampaio” o “Independência”, por contrato, foi objeto de cessão de uso remunerado, por tempo determinado, ao Estado de Minas Gerais, com encargos de reforma e ampliação estrutural concluídos, estando sob regular funcionamento. No local da área dos terrenos “Três Barras”, em Contagem, o Clube está desenvolvendo em parceria com a empresa MRV Engenharia e Participações S.A. uma proposta de empreendimento imobiliário. Os projetos arquitetônicos e os estudos ambientais estão concluídos e o Clube está em entendimentos com a Prefeitura de Contagem e órgãos afins de modo a formalizar o processo de aprovação, dentro dos critérios da legislação municipal. O Clube negociou com a Direcional Engenharia S.A., a realização de um empreendimento imobiliário nos terrenos de sua propriedade situados na Rua Mantena, Bairro Ouro Preto, nesta Capital, onde era localizada a antiga Sede Administrativa do Clube, cujas obras encontram-se em pleno andamento. Em sub-rogação, o Clube receberá 22,5% (vinte e dois e meio por cento) sobre o Valor Geral de Vendas (GVV) apurado em função das unidades imobiliárias a serem construídas no local.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração do Clube e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a Resolução CFC no. 1.429/13 (ITG – 2003) que entrou em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2013, bem como a Lei 6.404/1976 e suas modificações. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a modificação de seu ativo imobilizado em virtude da aplicação do custo atribuído, o registro no ativo intangível dos gastos com formação de atletas e análise do risco para determinação de provisões cíveis e tributárias, assim como da análise de demais riscos para determinação de provisões trabalhistas, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento inerente ao processo de estimativa.

2.1.1) APURAÇÃO DO RESULTADO: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercício. Os registros contábeis evidenciam as contas de receitas, custos e despesas específicas do desporto profissional do futebol, pois é a atividade preponderante do

clube.

2.1.2) ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES: Estão demonstrados pelos seus valores de realização incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias, quando aplicável. Há restrição de uso da totalidade dos saldos disponíveis em fundos de aplicações financeiras decorrentes de recursos captados pela Lei de Incentivo aos Esportes, do Governo Federal, estando vinculado ao bloqueio judicial originado de ação da empresa Oficina Gourmet. Existe correspondente no passivo dos recursos captados, atendendo a norma contábil, considerando eventual devolução ao correspondente Ministério.

2.2) CONTAS A RECEBER A CURTO PRAZO: O saldo dessa conta em 2016 é composto essencialmente por parcela de curto prazo a receber de direitos de arena, relativos à transmissão por televisão no montante de R\$ 4.000.000,00, bem como direitos contratuais a receber da concessionária do Estádio Independência, a BWA/LU Arenas no montante de R\$ 1.595.946,27. No ano de 2015, o valor registrado nessa conta estava expressando parcela a receber pela venda de atleta profissional. O valor a receber pelo clube em 2016 da BWA/LU Arenas está atualizado pelo IPCA e é cabível em função da exploração do mencionado estádio por essa concessionária, conforme prevê o 1º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso nº 25/2009. Esclareça-se que esse valor a receber não foi pago no decorrer do exercício de 2016, estando em atraso até a data deste relatório. Dessa forma, houve notificação extrajudicial a concessionária e foi realizada a provisão para créditos de liquidação duvidosa em 100% do valor.

2.3) APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS: O montante de R\$ 1.496.790,27 registrado em aplicações financeiras vinculadas é relativo aos recursos obtidos com o incentivo fiscal ao desporto em 2014, conforme Lei nº 11.438/06. Esses recursos estão em aplicação indisponível ao clube conforme art. 30 da Portaria ME nº 120/09, devendo ser considerado também a parcela de R\$ 774.308,63 da captação original que se encontra registrada em bloqueio judicial (vide nota explicativa 2.4). Em função dessa situação indefinida, foi mantido registro passivo de todos os valores captados de incentivo para eventual devolução ao Ministério dos Esportes.

2.4) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS: São valores depositados em juízo ou realizados bloqueios judiciais, sendo que a maior parcela de valor compoendo essa conta se refere a R\$ 774.308,63 bloqueado judicialmente e originado de incentivo fiscal ao desporto, havendo êxito para seu desbloqueio em segunda instância da justiça estadual, porém devendo tramitar por prazo incerto em função de embargos declaratórios impetrados.

2.5) CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO: Constituído quase totalmente pelo montante de R\$ 5.393.048,83 referente à permuta financeira do imóvel localizado à Rua Mantena, 80, Bairro Ouro Preto, antiga sede social. Essa operação foi realizada com a Direcional Engenharia S/A e é relativa ao recebível das operações de vendas de imóveis construídos, percebendo-se 22,5% do Valor Geral de Vendas (GVV). Esse recebível sofre atualização de acordo com a atualização dos valores de vendas. A destinação da aplicação dos recursos está prevista em deliberações do Conselho Deliberativo.

2.6) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER: O saldo dessa conta em 2016 é composto por valor de longo prazo a receber de direitos de arena, relativos à transmissão por televisão no montante de R\$ 4.000.000,00. Esse montante já se encontra a valor justo.

2.7) PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS: Trata-se da classificação de ativos possuídos pelo clube e vinculados ao empreendimento Shopping Boulevard, para atendimento das Normas Contábeis atuais. Através de laudo foi identificada a separação entre terreno e edificações referente à destinação do imóvel a aluguel como loja âncora pelo shopping. Da mesma forma foi efetuado para a loja do clube, a qual revende os produtos de sua marca registrada. Baseando-se na previsão descrita no item 2 do ITG – 2003, combinada com o disposto nos itens 2,3 e 4 do CTG -1000, foi efetuada a atribuição de custo aos imóveis registrados em propriedades para investimentos,

DEMONSTRAÇÕES DOS SUPERÁVIT OU DÉFICIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015: (Valores em Reais - R\$)

	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	59.528.708,03	29.351.198,39
(-) Custos Operacionais	(31.192.336,78)	(18.857.185,25)
LUCRO/PREJUÍZO BRUTO	28.336.371,25	10.494.013,14
DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas	(8.138.968,91)	(8.324.452,41)
Tributárias	(3.012.411,80)	(3.956.749,27)
Resultado Financeiro Líquido	(7.689.641,65)	(7.652.293,37)
Outras Receitas / Despesas Operacionais	35.846,55	-
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	9.531.195,43	(9.439.481,91)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015: (Valores em Reais - R\$)

	31/12/2016	31/12/2015
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	9.531.195,43	(9.439.481,91)
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.699.447,00	15.455.159,18
Ajuste de Exercícios Anteriores	1.633.566,38	(14.386.918,63)
RESULTADO ABRANGENTE	12.864.208,81	(8.371.241,36)
TOTAL DO EXERCÍCIO	12.864.208,81	(8.371.241,36)

As notas explicativas anexas são partes integrantes dos quadros das demonstrações contábeis.

baseado em laudo técnico-financeiro de empresa especializada, estando aos valores justos. Estão sendo realizadas as depreciações sobre os bens cabíveis.

2.8) IMOBILIZADO: Empregando a previsão descrita no item 2 do ITG – 2003, combinada com o disposto nos itens 2,3 e 4 do CTG -1000, foi efetuada a atribuição de custo aos imóveis registrados em imobilizado, baseado em laudo técnico-financeiro de empresa especializada, estando aos valores justos. Estão sendo realizadas as depreciações sobre os bens cabíveis. Cabe ressaltar que o custo atribuído não abrangue o Estádio Raimundo Sampaio - o “Independência”, em face da avaliação pela administração dos efeitos de processo judicial envolvendo o estádio emovido pelo Ministério Público Estadual. Estimase que o terreno onde se localiza o estádio esteja com seu valor significativamente defasado.

2.9) INTANGÍVEL: O ITG – 2003 prevê que os gastos com formação de atletas devem estar suportados por controles, definindo a composição de gastos por categoria e registro por competência. Como determina o item 4, desse ITG, neste grupo estão registrados os gastos diretamente relacionados com a formação, aquisição e renovação de contratos de atletas. Foi realizado o levantamento nos últimos seis anos das despesas aplicadas na preparação de atletas e apurados os valores a apropriar ao ativo intangível individualmente. A isso se adicionaram os direitos econômicos pagos pelo clube, resultando no a seguir descrito:

Categoria	31/12/2016 – R\$
Sub 15	2.439.958,77
Sub 17	799.770,24
Sub 20	140.205,80
Profissionais	3.438.576,25
Custo	6.818.511,06
Amortização	(626.631,07)
Intangível	6.191.879,98

2.10) FORNECEDORES DIVERSOS: Representa as contas a pagar aos fornecedores derivadas de bens e/ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios.

2.11) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Essa conta registra os empréstimos de curto prazo contraidos em 2015 para capital de giro junto aos Bancos Semea e BMG, conforme contratos específicos, celebrados nas condições pertinentes de mercado. Eles não oneram os mandatos futuros, tendo vencimentos até 31/12/2017.

2.12) SALÁRIOS, OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS: Em sua maior representatividade registra os salários dos funcionários e a provisão de férias e encargos. Os encargos abrangem a contribuição previdenciária (INSS), o FGTS e o PIS sobre folha.

2.13) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS: Nessa conta estão registrados os valores de retenções devidas de INSS, IRRF, contribuições sociais retidas e FENAPAF, observando-se a legislação vigente e a natureza do clube, no regime aplicável às entidades sem fins lucrativos.

2.14) RECEITAS A APROPRIAR: Decorre de receitas recebidas antecipadamente, referente a patrocínio da Cemig Distribuição pela utilização de placas no Estádio Independência, devendo sua apropriação ao resultado se encerrar em dezembro de 2017.

2.15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Essa conta registra os empréstimos de longo prazo contraidos em 2015 para capital de giro junto ao Banco Semea, conforme contrato específico, celebrados nas condições pertinentes de mercado.

2.16) PARCELAMENTOS FISCAIS: Nessa conta estão registradas as obrigações sociais e fiscais parceladas, junto às prefeituras municipais de Belo Horizonte e Contagem, em Minas Gerais, Processos Trabalhistas e Judiciais. Também estão incluídos nessa conta os débitos junto a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, através dos Parcelamentos instituídos pela Lei nº 11.941/2009, Timemania, e pela Lei nº 13.155/15 - criadora do PROFUT.

2.17) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA: O Clube mantém, entre outros, registrado como contingências o processo movido pelo Laboratório EMS envolvendo percentuais de cessão de direitos federativos de ex-atleta, no qual foi realizado um acordo judicial e aos débitos de IPTU questionados judicialmente. Por sua vez, não são calculados tributos sobre receitas auferidas pela entidade, com o entendimento de que é possível e não provável que ocorra uma incidência tributária sobre recursos auferidos pelo clube, pois se trata de uma entidade sem fins lucrativos. Não foi efetuado provisionamento dessa contribuição, pois não se enquadra na exigência da alínea “b” do item 21.4 da NBC TG 1000.

2.18) CREDORES INTERNOS – PARTE RELACIONADAS: Refere-se aos saldos existentes de recursos financeiros aportados por pessoas – partes relacionadas para financiar os custos de operação do clube. No exercício de 2013, o Clube contratou a empresa Reage Auditoria e Assessoria em Gestão Empresarial S/C Ltda. – ME, que efetuou em 2015 a conferência destes créditos e sua atualização. Os valores foram atualizados em 2016 pelos fatores definidos no relatório dessa empresa, sendo que o clube vem negociando os valores a pagar junto aos credores.

2.19) ADIANTAMENTOS DE TERCEIROS: Tratam-se principalmente de valores recebidos em adiantamento da MRV Engenharia e Participações S.A. em parceria para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na área do terreno “Três Barras”, em Contagem. O empreendimento está sob análise do órgão ambiental competente estando paralisado. O valor adiantado está sendo atualizado pelo INCC + juros 0,3% am, sendo que 19% desse montante seria convertido em patrocínio para o clube em eventual distrato.

2.20) RECEITAS GERADAS: No exercício social de 2016 as receitas advindas de direitos de arena (transmissão por televisão) foram significativas devido à participação do clube no campeonato brasileiro série A, situação que não ocorreu no exercício anterior. Denote-se que a concessionária que administra o Estádio Independência não vem efetuando os pagamentos pactuados com o clube no decorrer de 2016, porém pelo regime de competência foi reconhecida a receita.

2.21) SEGUROS: O Clube mantém seguros contratados para seus atletas profissionais e para seus demais bens relevantes, em valor suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

2.22) PATRIMÔNIO SOCIAL E PODERES: O quadro social do AMÉRICA FUTEBOL CLUBE é constituído por quotistas, beneméritos atletas, militantes, patrocinadores e torcedores. Os poderes sociais do Clube são: Assembleia Geral, Conselho Consultivo, Conselho Deliberativo; Conselho de Administração, Conselho de Ética e

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores em Reais - R\$)

	31/12/2016	31/12/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do Exercício	9.531.195,43	(9.439.481,91)
Depreciação e Amortização	2.560.798,14	612.903,58
Ajuste de Exercícios Anteriores	(1.633.566,38)	(14.386.918,64)
10.458.427,19	5.560.340,31	

(ACRÉSCIMOS) DECRÉSCIMOS DE ATIVOS		
Aplicações Financeiras Vinculadas	625.779,62	(76.605,66)
Contas a receber e Provisão para Créditos em Liquidação	2.347.735,00	1.370.168,85
Tributos a Recuperar	-	268.136,94
Créditos a receber	3.951.914,45	(13.351.264,15)
Depósitos Judiciais	(774.308,63)	8.480,23
6.151.120,44	(11.781.083,79)	

ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS) DE PASSIVOS		
Fornecedores e Títulos a Pagar	(777.520,91)	1.851.572,79
Salários e Ordenados	57.506,63	(597.486,01)
Obrigações Sociais, Tributárias e Provisão p/ Férias e Encargos	189.008,62	(901.626,42)
Receitas Apropriar/ Futuras	(505.263,16)	(6.788.637,47)
Obrigações Sociais e Tributárias Longo Prazo	183.514,16	(22.309,27)
Provisão para Contingência	-	(8.136.294,61)
Longo Prazo	5.390.624,53	3.991.461,08
Receitas Futuras Longo Prazo	-	(4.773.789,54)
Credores Internos Longo Prazo	(7.583.225,13)	4.674.949,78
Adiantamento de Terceiros	317.003,40	4.138.712,80
(2.728.351,86)	(6.563.446,87)	

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições para o Imobilizado (bens) e Investimentos	(4.882.782,45)	(6.326,86)
Ajuste Depreciação Imobilizado e baixa de Direitos Federativos	(1.851.594,41)	3.492.835,84
Aumento/Diminuição Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.699.447,00)	(15.455.159,18)



América Futebol Clube

CNPJ: 17.297.516/0001-42

Belo Horizonte / MG – Fundado em 30 de abril de 1912

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos.
Srs. do Conselho de Administração do
AMÉRICA FUTEBOL CLUBE
Avenida dos Andradas, 3.000, Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte/MG

Examinamos as demonstrações contábeis financeiras do América Futebol Clube, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis financeiras de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que essas demonstrações estão livres de distorções relevantes. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nessas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação

da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do América Futebol Clube, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 2.8 que expressam a preocupação da administração com a adequada retratação do valor do terreno onde se encontra o Estádio Raimundo Sampaio - Independência que está refletido à valores significativamente inferiores ao de sua realização.

Outros Assuntos

No exercício de 2015 o Clube não possuía controles internos suficientes, para segregação pormenorizada das receitas e despesas e o Clube não dispunha de controles internos suficientes de forma a registrar os gastos diretamente relacionados com a formação, aquisição e renovação de contratos de atletas de forma individualizada, conforme definida na Resolução CFC nº 1.429/13 (ITG 2003), registrando estes gastos no resultado. No decorrer do exercício de 2016 foram implementados controles que proporcionaram melhores separações de valores de receitas e despesas e o levantamento dos valores de ativo intangível relacionados aos atletas do clube buscando atender, conforme notas explicativas 2.9, 2.20 e 2.23, o disposto pelo art. 4º, § 6º da Lei nº 13.155/15.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2017.

Ovalle Leão
Auditoria e Consultoria
imparcial e independenteCRC/MG 006772/0-0
Claudenei Leão Ovalle - Contador – CRC/MG 060761/0-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do AMÉRICA FUTEBOL CLUBE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Preliminarmente também aprovou a avaliação dos bens do imobilizado e propriedades para investimentos. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Diretoria do Clube e auditores independentes, decidem, por unanimidade, em acatar e seguir a opinião e o parecer do Relatório dos Auditores Independentes assinado pelo Contador Claudenei Leão Ovalle – CRC/MG 60.761/0-7, datado de 24 de abril de 2017. Belo Horizonte, 24 de abril de 2017.

Márcio Vidal Gomes da Gama - Conselho Fiscal

Jorge José Laboissiere - Conselho Fiscal

Luiz Roberto Filizzola - Conselho Fiscal

Américo Gasparini Filho - Conselho Fiscal | Suplente

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA - ART. 13, PAR. ÚNICO, II, LEI Nº 9.656/98

A MEDISANITAS BRASIL ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE S/A, operadora de plano privado de assistência à saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 348520, inscrita no CNPJ sob o nº 62.550.256/016-06, estabelecida na Rua dos Ottoni, nº 742, 5º andar, Belo Horizonte / MG, CEP 30.150-274, notifica o os beneficiários abaixo relacionados, após frustradas as tentativas de notificação via correio através de seu endereço, sobre a ocorrência de inadimplência por período superior a 60 dias nos últimos 12 meses de vigência do plano de saúde, e convida-o para regularizar a situação no prazo de 10 (dez) dias contados desta publicação, sob pena de rescisão automática do contrato após esse prazo, nos termos do inciso II, do parágrafo único, do art. 13 da Lei 9.656/98.

TITULAR DO PLANO	CPF	VALOR TOTAL DO DÉBITO	NOME DO PLANO	Nº DE REGISTRO DO PLANO	TITULAR DO PLANO	CPF	VALOR TOTAL DO DÉBITO	NOME DO PLANO	Nº DE REGISTRO DO PLANO
A.D.S.F.	246.163.207-XX	1.927,52	PRATA COM CO-PARTICIPAÇÃO	472044140	L.P.S.F.	072.274.356-XX	637,8	PRATA	473276156
A.D.C.D.P.E.S.	034.237.306-XX	1018,32	OURO	473277154	L.L.D.E.S.	106.125.706-XX	519,8	PRATA	473276156
A.M.M.S.A.	059.631.646-XX	1237,17	PRATA	473276156	L.S.D.O.S.	119.753.976-XX	720,45	PRATA	473276156
A.P.S.	056.409.056-XX	779,68	PRATA	473276156	L.D.G.F.	087.029.916-XX	1064,4	OURO	473277154
A.S.M.	877.283.701-XX	1995,89	INTEGRAL VI	473593155	L.A.S.S.	128.457.566-XX	593,1	PRATA	473276156
A.D.S.R.	055.869.206-XX	896,96	PRATA	473276156	L.D.S.	043.787.156-XX	202,48	VITALIS INDIV. PART ENFERMARIA PRATA	471031142
A.C.M.R.	084.627.536-XX	1102,32	OURO	473277154	L.F.S.	986.423.246-XX	743,97	VITALIS PLATINA CE PART FX1	
A.R.M.D.S.P.	090.235.956-XX	650,38	PRATA	473276156				ENFERMARIA	469220139
A.S.C.	079.090.276-XX	1178,18	VITALIS INDIV. PART ENFERMARIA PRATA	471031142	L.M.A.M.D.S.	042.656.136-XX	936	IDEAL	472053149
A.D.S.	232.042.496-XX	2693,33	VITALIS PREFERENCIAL ENFERMARIA	457620089	L.R.O.	042.463.156-XX	1681,3	PRATA	473276156
A.S.S.	098.623.456-XX	328,7	IDEAL	472053149	L.D.D.O.	028.100.126-XX	1774,9	SANTA CASA SAÚDE BH - INDIVIDUAL	
A.L.O.L.	073.285.436-XX	691,95	PRATA	473276156				COMPLETO PRATA	472021141
A.P.D.S.R.	017.031.326-XX	121,85	PRATA	473276156	L.D.N.C.	809.295.676-XX	6368,04	SANTA CASA SAÚDE BH - INDIVIDUAL	473598156
A.A.S.	095.790.966-XX	328,7	IDEAL	472053149	L.A.D.S.	606.463.656-XX	3381,15	COMPLETO BRONZE	472022149
A.D.S.	818.175.765-XX	570,76	PRATA	473276156	L.A.S.	264.823.206-XX	5454,02	PRATA	473276156
A.M.P.	012.351.516-XX	712,68	PRATA	473276156	M.C.R.D.S.	074.760.826-XX	1034,32	OURO	473277154
A.S.P.	054.807.616-XX	563,13	PRATA	473276156	M.C.C.	556.441.476-XX	2465,65	PRATA	473277154
A.R.D.S.	048.734.725-XX	400,4	PRATA	473276156	M.G.B.F.	103.313.866-XX	1114,82	PRATA	473276156
A.M.S.	045.068.566-XX	1084,35	PRATA	473276156	M.F.C.D.M.	475.436.636-XX	3079,95	VITALIS INDIVIDUAL PART	
A.M.D.S.	574.247.306-XX	2268,32	VITALIS PREFERENCIAL ENFERMARIA	457620089				ENFERMARIA PRATA	471031142
A.E.D.S.M.	107.589.356-XX	489,16	OURO	473277154	M.F.D.S.	343.572.466-XX	3299,57	IDEAL	472053149
A.A.D.S.P.	937.005.986-XX	932,82	PRATA	473276156	M.S.P.	073.492.816-XX	2676,1	SANTA CASA SAÚDE BH - INDIVIDUAL	
A.F.P.A.B.	064.807.616-XX	1498,54	PRATA	473276156				COMPLETO OURO	472020142
A.B.M.D.A.	114.055.006-XX	6141,25	VITALIS INDIV. PART ENFERMARIA PRATA	471031142	M.D.C.N.	141.086.676-XX	1140,61	OURO	473277154
B.L.C.A.	115.163.476-XX	1041,28	PRATA	473276156	M.B.D.S.	105.783.766-XX	963,12	VITALIS GLOBAL CE PART ENFERMARIA	463430106
B.F.V.	013.914.056-XX	797,72	PRATA	473276156	M.A.S.O.	017.941.376-XX	1107,9	PRATA	473276156
B.L.D.S.	074.394.416-XX	257,88	PRATA	473276156	M.A.G.	737.915.206-XX	1652,65	PRATA	473276156
C.D.Q.D.A.	047.459.926-XX	735,83	VITALIS INDIV. PART ENFERMARIA PRATA	471031142	M.A.D.J.S.	008.854.696-XX	2638,45	PRATA	473276156
C.G.T.	100.617.676-XX	717,8	PRATA	473276156	M.A.M.D.S.	052.804.556-XX	984,15	PRATA	473276156
C.F.D.C.	097.480.976-XX	690,76	PRATA	473276156	M.D.C.M.B.	052.804.556-XX	889,65	PRATA	473276156
C.P.B.	089.164.106-XX	459,4	PRATA	473276156				SANTA CASA SAÚDE BH-EMPRESA	
C.F.F.	763.605.396-91	2057,32	PRATA	473276156				COMPLETO PRATA C/O-PA	472031148
C.A.D.S.	014.325.126-XX	480,9	PRATA	473276156	M.D.D.V.	562.005.956-XX	4845,51	INDIVIDUAL CO-PARTICIPATIVO BRONZE	472042143
C.A.F.	035.181.656-XX	1787,16	IDEAL	472053149	M.G.F.D.S.	378.556.546-XX	5590,27	PRATA	473276156
C.L.G.F.	475.697.006-XX	4703,64	IDEAL	472053149	M.D.F.P.D.S.	312.467.616-XX	4426,8	PRATA	473276156
C.D.S.R.	044.555.836-XX	593,1	PRATA	473276156	M.D.C.G.S.	414.134.406-XX	9093,22	M.O.D.	472050144
C.P.D.C.	107.743.036-XX	760,15	OURO	473277154	M.E.D.S.R.	052.486.726-XX	140,63	OURO	473277154
C.P.V.	089.060.106-XX	3770,2	PRATA	473276156	M.G.M.D.	816.843.556-XX	1784,29	VITALIS INDIVIDUAL PART	
C.C.S.D.S.	099.690.496-XX	1.167,65	PRATA	473276156				ENFERMARIA PRATA	471031142
D.C.S.D.S.	099.690.496-XX	925,15	PRATA	473276156	M.H.S.D.P.	904.409.606-XX	2764,8	PRATA	473276156
D.A.M.	014.181.476-XX	2603,54	PRATA	473276156	M.J.	712.428.300-XX	2402,18	IDEAL	472053149
D.D.D.D.	025.578.046-XX	1019,05	PRATA	473276156	M.M.D.J.	716.943.906-XX	5011,29	SANTA CASA SAÚDE BH - INDIVIDUAL	
D.C.S.D.S.	077.321.376-XX	2965,9	IDEAL	472053149				COMPLETO BRONZE	472022149
D.V.B.	107.703.536-XX	96,85	PRATA	473276156	M.A.B.	130.346.436-XX	1284,61	OURO	473277154
D.A.D.S.H.	076.652.686-XX	277,88	PRATA	473276156	M.D.O.P.	113.140.356-XX	322,83	PRATA	473276156
D.C.	015.102.696-XX	3679,8	PRATA	473276156	M.B.M.M.	115.989.876-XX	608,1	PRATA	473276156
D.J.C.S.	099.032.896-XX	602,45	PRATA	473276156	M.A.C.	134.021.636-XX	639,74	PRATA	473276156
D.D.S.L.	090.796.666-XX	395,4	PRATA	473276156	M.H.M.D.S.	123.768.616-XX	633,45	PRATA	473276156
D.R.S.	080.328.416-XX	621,72	PRATA	473276156	M.O.L.	145.065.206-XX	839,68	INDIVIDUAL CO-PARTICIPATIVO PRATA	472040147
D.H.D.S.	125.617.266-XX	773,64	PRATA	473276156	M.O.L.	018.133.716-XX	918,29	PRATA	473276156
D.A.D.S.D.	102.529.866-XX	541,16	PRATA	473276156	M.P.S.D.O.	089.145.236-XX	1075,33	PRATA	473276156
D.A.M.	043.979.496-XX	1122,27	VITALIS INDIV. PART ENFERMARIA PRATA	471031142	M.S.P.A.	057.709.236-XX	2075,27	PRATA	473276156
E.F.	091.110.416-XX	517,25	PRATA	473276156	M.V.P.	089.389.396-XX	1117,12	PRATA	473276156
E.S.D.C.A.	048.980.246-XX	1069,29	VITALIS INDIV. PART ENFERMARIA PRATA	471031142	M.C.L.	090.068.236-XX	664,84	VITALIS INDIVIDUAL PART	
E.P.D.A.	009.463.566-XX	1616,25	OURO COM CO-PARTICIPAÇÃO	472045148				ENFERMARIA PRATA	471031142
E.R.N.	594.240.105-XX	1731,8	SANTA CASA SAÚDE BH - ADESAO	472044140	M.D.J.J.	080.229.996-XX	1761,68	PRATA	473276156
			COMPLETO PRATA	472027140	M.N.R.R.	061.455.526-XX	1373,26	PRATA	473276156
E.C.D.C.	895.718.816-XX	2238,27	PRATA COM CO-PARTICIPAÇÃO	472044140	M.M.R.S.	109.239.596-XX	733,64	PRATA	473276156
E.P.D.S.	039.683.186-XX	2054,3	PRATA	473276156	M.C.D.C.	128.486.016-XX	1135,99	OURO	473277154
E.C.D.S.	004.314.286-XX	841,99	VITALIS INDIV. PART ENFERMARIA PRATA	471031142	N.R.L.	481.957.076-XX	2368,34	INDIVIDUAL CO-PARTICIPATIVO PRATA	472040147
E.P.D.S.	980.508.936-XX	648,98	VITALIS INDIV. PART ENFERMARIA PRATA	471031142	N.O.M.F.	160.641.436-XX	1326,36	INDIVIDUAL CO-PARTICIPATIVO BRONZE	472042143
E.C.R.	035.128.782-XX	5166,7	VITALIS PLATINA CE FX1 ENFERMARIA	469221337	P.L.D.M.S.	119.947.166-XX	197,7	PRATA	473276156
E.R.R.	090.908.136-XX	905,46	OURO	473277154	P.D.M.R.	050.813.156-XX	296,55	PRATA	473276156
E.J.M.A.	065.317.206-XX	96,75	PRATA	473276156	P.D.M.R.	050.813.156-XX	296,55	PRATA	473276156
E.L.D.C.S.	040.895.026-XX	102,54	PRATA	473276156	P.D.M.M.M.	089.389.396-XX	492	VITALIS INDIVIDUAL PART	
F.M.D.S.	056.325.677-XX	1941,97	OURO	473277154				ENFERMARIA PRATA	471031142
F.C.V.	058.207.956-XX	1012,16	PRATA	473276156	P.G.V.	104.241.606-XX	1427,64	PRATA	473276156
F.L.M.M.	064.876.416-XX	197,7	PRATA	473276156	P.H.B.F.	014.142.696-XX	585,76	PRATA	473276156
F.R.C.C.S.	100.951.626-XX	876,03	OURO	473277154	P.H.B.C.	091.090.116-XX	1215,23	PRATA	473276156
F.H.S.P.	043.638.656-XX	3201,26	SANTA CASA SAÚDE BH - INDIVIDUAL	472020142	P.M.D.S.A.	071.379.386-XX	257,88	PRATA	473276156
			COMPLETO OURO	472020142	R.A.D.R.N.	071.684.046-XX	660,1	PRATA	473276156
F.S.B.	528.982.616-XX	1686,61	PRATA COM CO-PARTICIPAÇÃO	472044140	R.M.R.	107.545.846-XX	941,12	PRATA	473276156
F.D.R.N.	804.596.331-XX	831,38	PRATA	473276156	R.F.	126.280.906-XX	243,7	PRATA	473276156
F.C.D.A.	486.892.736-XX	2043,68	PRATA	473276156	R.M.Q.	978.013.306-XX	3010,99	VITALIS PREFERENCIAL ENFERMARIA	457620089
G.A.G.D.S.S.	698.669.736-XX	312,2	SANTA CASA SAÚDE BH - INDIVIDUAL	472021141	R.G.G.S.	069.586.586-XX	1472,68	INTEGRAL II	472051148
			COMPLETO PRATA	472021141	R.B.S.	089.389.396-XX	507,92	PRATA	473276156
G.R.G.	121.044.086-XX	603,64	VITALIS INDIVIDUAL PART	471029141	R.C.P.D.S.	078.926.726-XX	804,64	PRATA	473276156
			APARTAMENTO OURO	471029141	R.P.G.	108.652.796-XX	727,68	PRATA	473276156
G.D.D.R.	040.264.486-XX	330,54	INDIVIDUAL CO-PARTICIPATIVO PRATA	472040147	R.A.F.	058.984.706-XX	197,7	PRATA	473276156
G.F.D.S.	078.741.426-XX	787,68	PRATA	473276156	R.F.E.D.A.D.S.	058.984.706-XX	1127,45	PRATA	473276156
G.M.S.F.	390.970.1636-XX	471,57	PLANO PRATA INDIVIDUAL BASICO C/ OP. 2	T00119	R.D.M.M.C.	014.087.596-XX	1159,35	PRATA	473276156
G.M.B.	750.864.704-XX	2336,46	TOTAL	472050144	R.M.D.M.C.	014.087.596-XX	1159,35	PRATA	473276156
G.L.D.L.S.	113.472.546-XX	121,72	PRATA	473276156	R.M.R.	098.133.657-XX	131,88	PRATA	473276156
G.L.F.D.S.	123.706.677-XX	712,68	PRATA	473276156	R.D.O.G.	057.683.336-XX	343,84	PRATA	473276156
G.T.	228.078.706-XX	2502,7	PLANO PRATA INDIVIDUAL BASICO C/OP. 2	T00119	R.D.C.F.D.	056.672.306-XX	981,35	VITALIS INDIVIDUAL PART	
G.G.D.A.	988.366.926-XX	1494,61	PRATA	473276156				ENFERMARIA PRATA	471031142
G.C.N.	124.959.526-XX	708,27	PRATA	473276156	R.A.D.S.	011.964.286-XX	805,3	PRATA	473276156
G.H.F.	086.259.236-XX	1251,53	PRATA	473276156	R.N.D.S.	011.964.286-XX	805,3	PRATA	473276156
G.H.M.S.	085.380.125-XX	941,12	PRATA	473276156	R.R.G.	012.269.536-XX	1699,93	PRATA	473276156
G.A.S.	038.989.186-XX	1055,4	SANTA CASA SAÚDE BH - INDIVIDUAL	472021141	R.R.D.S.	119.665.596-XX	383,84	PRATA	473276156
			COMPLETO PRATA	472021141	R.D.D.S.A.	055.411.806-XX	1484,07	PRATA	473277154
H.M.C.	269.565.356-XX	7976,88	PLANO OURO BASICO INDIVIDUAL	T0019	R.B.S.A.B.	896.310.866-XX	1041,69	OURO COM CO-PARTICIPAÇÃO	472040148
H.T.S.C.S.	045.206.766-XX	355,05	PRATA	473276156	R.D.C.C.	407.877.026-XX	867,35	PLANO PRATA ADESAO C/OP. 1 E 2	T00118
H.S.C.D.	032.524.726-XX	515,76	PRATA	473276156	S.D.J.P.	924.392.096-XX	699,97	IDEAL	472053149
H.P.D.M.	653.913.816-XX	1970,98	INDIVIDUAL CO-PARTICIPATIVO PRATA	472040147	S.A.B.S.	843.826.076-XX	902,08	OURO COM CO-PARTICIPAÇÃO	472045148
I.G.M.S.	043.778.656-XX	1059,4	PRATA	473276156	S.J.D.A.	036.670.006-XX	647,4	PRATA COM CO-PARTICIPAÇÃO	472044140
I.C.P.D.O.	038.002.726-XX	4008,47	PRATA	473276156	S.M.S.D.O.	064.984.216-XX	805,65	OURO	473276156
I.R.P.	061.137.246-XX	1241,93	PRATA	473276156	S.D.O.E.	091.475.516-XX	1404,92	OURO	473277154
I.M.G.B.S.	007.491.586-XX	1208,31	PLANO PRATA INDIV. BASICO C/OP. 1+2+3	T00124	S.D.S.	956.428.676-XX	811,98	PRATA	473276156
I.D.S.A.	036.384.866-XX	1191,4	PRATA	473276156	S.M.C.	115.836.586-XX	705,78	PRATA	473276156
I.R.P.	061.436.086-XX	2966,76	ROD/INT	448513041	S.M.X.D.S.	077.294.886-XX	957,22	PRATA	473276156
I.D.S.A.	011.736.986-XX	625,04	PRATA	473276156	T.N.C.	690.707.556-XX	3781,37	PRATA	473276156
J.D.N.	114.023.966-XX	687,68	PRATA	473276156	T.G.H.	050.805.926-XX			

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA

Aviso de Licitação: Proc. 029/2017. Pregão Presencial. 020/2017.
Registro de Preços 013/2017.

Obj: Registro de Preços para a futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de diversos materiais e utensílios de limpeza para os diversos Departamentos do Município de Ressaquinha. Credenciamento: Das 13h às 13h15min em 15/05/2017, Abertura:13h15min em 15/05/2017. Info.das 12 às 17h pelo email: compras@ressaquinha.mg.gov.br, e pelo telefone (32) 3341-1259.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

REVOGA o **Processo n.º 029/2017 - Pregão Presencial 021/2017** - Objeto: Contratação de empresa para serviços de manutenção preventiva e reparadora de equipamentos odontológicos, no município. Data: 03/05/2017 as 09:00 horas; e o **Processo n.º 030/2017 – Pregão Presencial - SRP n.º 022/2017** - Objeto: Aquisição de peças para manutenção de consultórios odontológicos. Data: 13:00 horas dia 03/05/2017. Informações email: licitacao@buenopolis.mg.gov.br- CPL.

Célio Santana
Prefeito Municipal.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA - MG

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE OBRA PÚBLICA Nº 003/2014 O Município de Viçosa e o CISAB tornam público o resumo do termo que se encontra à disposição para consulta dos interessados na sede do CISAB. PROCESSO LICITATÓRIO: 2769/2013 - PMV. CONCORRÊNCIA: 02/2013. CONTRATANTE: Município de Viçosa-MG. ÓRGÃO INTERVENIENTE: CISAB. CONTRATADA: Geosolos Fundações e Construções Eirelli. CNPJ: 71.158.307/0001-63. OBJETO: Rescisão unilateral do contrato alusivo a Construção do Centro de Referência em Saneamento Ambiental do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, em especial os art. 77, 78, inciso I, c/c art. 79, inciso I, bem assim das cláusulas oitava e décima do contrato originário. SANÇÕES: MULTA DE R\$ 544.415,416 (Quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quinze reais e quatrocentos e dezesseis centavos) e suspensão e impedimento de contratar com a Administração Pública no prazo de 02 anos. DATA DE ASSINATURA DA RESCISÃO: 01/02/2017. Angelo Chequer e Márcio Moreira Victor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MG

RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 006/2017

O Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete, no uso de suas atribuições legais RATIFICA a Dispensa nº 006/2017, art. 24, IV da Lei 8.666/93, para, Cumprimento de Ordem Judicial para realização de Ureterolitotripsia rígida mais implante de cateter duplo “J” no paciente Cristiani Bernardes de Souza, conforme liminar 18317003556-6.CONTRATADA: VILLAR DUTRA PINHEIRO FERRAZ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME:Valor Global: R\$ 6.250,00.

Conselheiro Lafaiete, 26 de abril de 2017
Mario Marcus Leão Dutra – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME/MG, por meio da sua Assessoria de Licitações e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO 021/2017, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PROGRAMADO DE PEÇAS ORIGINAIS / GENUINAS PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTIVOS, UTILITÁRIOS, DE PASSAGEIROS E MÁQUINAS PESADAS DE MODELOS E FABRICANTES DIVERSOS DESTA PREFEITURA MUNICIPAL**, conforme especificações do edital. A abertura está prevista para o dia 12/05/2017, às 08:30 HS. Cópias do Edital poderão ser adquiridas até o dia 12/05/2017, na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00 hs., ao preço de R\$ 10,00 mais taxa de expediente, ou no site: www.mateusleme.mg.gov.br . Outras informações pelo telefone (31) 3537-5829 – 3537.5805.

Adm. Sérgio Guimarães Leite – Assessor de Licitações e Contratos.
Mateus Leme, 27 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

Av. Acesita, nº 3230, Bairro São José, Timóteo/MG
CEP: 35182-901 - Telefax: (31) 3847-4718 / 3847-4701



RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017 - O Município de Timóteo torna público o resultado do Pregão Presencial nº. 020/2017, Registro de Preços nº 006/2017, Processo Administrativo nº. 078/2017, que tem por objeto o Registro de Preços aquisição de Gêneros Alimentícios Básicos para merenda dos alunos das Escolas Municipais, Creches e APAE e para compor o cardápio da alimentação diária dos idosos do Serviço de Acolhimento do Sodalício Tio Questor. **Empresas Vencedoras:** Alimentus Vale Do Aço Com. Atacadista de Gêneros Alimentícios, no valor total de R\$255.388,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil trezentos e oitenta e oito reais); Amazonia Industria e Comercio Ltda, no valor total de R\$ 58.671,00 (cinquenta e oito mil seiscentos e setenta e um reais); Ita Mixx Ind. e Com. Ltda – ME, no valor total de R\$ 56.261,08 (cinquenta e seis mil duzentos e sessenta e um reais e oito centavos); Supermercado Bela Vista Ltda – EPP, no valor total de R\$ 327.482,69 (trezentos e vinte e sete mil quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta e nove centavos); Supermercado Degrau Ltda, no valor total de R\$ 45.454,50 (quarenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos) e Oliveira & Carvalho Ltda, no valor total de R\$ 28.458,02 (vinte e oito mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e dois centavos). Timóteo, 27 de abril de 2017. **Priscilla Pereira Ribeiro - Pregoeira.**

INSTITUTO DE PESQUISAS E PROJETOS EMPREENDEDORES - IPPE
CNPJ: 20.493.234/0001-25
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

No uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, A Sra. Cláudia Caldeira Teixeira de Moraes, Presidente do Instituto de Pesquisas e Projetos Empreendedores – IPPE, nos termos do artigo 20, letra “c”, convoca os associados, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Ordinária e Extraordinária, a realizar-se na sua sede social, aos 16 (dezesseis) dias do mês de maio de 2017, na Av. Getúlio Vargas 101, sala 301 na cidade de Belo Horizonte/MG, a saber:

Assembleia Geral Ordinária, sendo a primeira convocação às 16:00 hs com a presença mínima de 1/3 dos associados com direito a voto, em segunda convocação às 16:30 hs com qualquer número de associados.

PAUTA: Apresentação e aprovação dos Balanços/Resultados e apurações do triênio dos exercícios.

Assembleia Extraordinária: sendo a primeira convocação às 18:30 hs, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, ou ainda, às 19:00 horas, com a presença dos associados com direito a voto, e sua deliberação dependerá do voto favorável de no mínimo 2/3 dos associados presentes.

PAUTA: Eleição para o novo mandato do Presidente e Vice-Presidente, que se encerrará no dia 16.05.17, conforme previsão no Estatuto Social em seu art. 17º, Parágrafo Único; Eleição dos membros do Conselho Fiscal; Reforma do Estatuto Social; Apresentação do Regimento Interno com suas diretrizes para a sua aprovação; Apresentação e aprovação do Termo de sigilo e confiabilidade; Outros assuntos de interesse social.

Os associados poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo ser entregues, na sede do Instituto de Pesquisas e Projetos Empreendedorismo-IPPE em até 01 (uma) hora antes da realização da Assembleia Geral, os instrumentos de Procuração com reconhecimento de firma do outorgante.

Belo Horizonte 27 de abril de 2017
Cláudia Caldeira Teixeira de Moraes

AVISO AOS INVESTIDORES
RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO
OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

CNPJ nº 36.113.876/0001-91

Comunica que os Relatórios Anuais do Agente Fiduciário Relativos ao Exercício Social de 2016, das Emissões de **Debêntures, CRI, CRA, LF e NP**, encontram-se à disposição no site:

www.oliveiratrust.com.br

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2017

MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM - P.P. 022/2017. O Município de Botumirim torna público que está aberta Licitação P. P. 022/2017, objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção em geral, materiais elétricos, hidráulicos, ferramentas, dentre outros, para atender as necessidades das diversas secretarias do município de Botumirim-MG. Entrega dos envelopes e julgamento às 09:00hs do dia 12/05/2017. Mais informações pelo tel: (38) 3255-1133, ou pelo e-mail: licitacao@botumirim.mg.gov.br José André Ap. Vaz dos Santos Pregoeiro.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PUBLICOS DE BOCAÍUVA - PREVIBOC

O Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Bocaíuva - PREVIBOC, através de sua Pregoeira torna público que fará realizar no dia 11/05/2017, às 09:00 (nove horas), licitação na modalidade Processo Licitatório nº 001/2017, Pregão Presencial nº 001/2017, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria contábil, com fornecimento de licença de uso de locação de software para gestão previdenciária, objetivando atender as necessidades do PREVIBOC - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Bocaíuva/MG, conforme especificações constantes no edital. Maiores informações pelo tel.: (38) 3251-5601 - e-mail: previboc_previboc@hotmail.com. Pregoeira: Maria Fabricia Souza Otoni.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

Av. Acesita, nº 3230, Bairro São José, Timóteo/MG
CEP: 35182-901 - Telefax: (31) 3847-4718 / 3847-4701

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO - RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017 - O Município de Timóteo torna público o resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2017, cujo objeto o fornecimento de lanches e leite para usuários da Secretaria Municipal de Saúde e Qualidade de Vida em tratamento fora do domicílio, na Casa de Apoio em Belo Horizonte. **EMPRESA VENCEDORA: RESTAURANTE E LANCHONETE DELÍCIAS DA JACUÍ LTDA - ME, no valor global de R\$20.180,00 (vinte mil e cento e oitenta reais).** Timóteo, 27 de abril de 2017. **Walcimar Pereira Dias - Pregoeiro.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

Av. Acesita, nº 3230, Bairro São José, Timóteo/MG
CEP: 35182-901 - Telefax: (31) 3847-4718 / 3847-4701

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO - RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 - O Município de Timóteo torna público o resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2017, cujo objeto é a aquisição de refeição tipo marmiteix para os usuários do TFD – Tratamento Fora do Domicílio em Belo Horizonte Casa de Apoio. **EMPRESA VENCEDORA: RESTAURANTE E LANCHONETE DELÍCIAS DA JACUÍ LTDA - ME, no valor global de R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais).** Timóteo, 27 de abril de 2017. **Walcimar Pereira Dias - Pregoeiro.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

EXTRATO DE DESPACHO DECISÓRIO - Processo Licitatório n.º 075/2017, Modalidade: Pregão Presencial n.º 013/2017. Objeto: contratação de serviços de transporte de estudantes do município no ano letivo de 2017. Considerando (...), etc. Desse modo, com alceira nas razões acima delineadas e tendo que inexistir previsão legal que autorize servidores públicos a contratar com o Poder Público (...) Concluo por correta a decisão que veda a participação da empresa Santos e Alves Transportadora Ltda - ME no processo Licitatório 075/2017, Modalidade Pregão Presencial/Edital 013/2017, para promover a desclassificação de sua proposta e, via de consequência, a exclusão dessa licitante do certame. Intime-se. Registre-se. Diamantina, 25 de abril de 2017. Juscelino Brasileiro Roque - Prefeito Municipal.

AVISO DE PROSSEGUIMENTO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório n.º 075/2017, Modalidade: Pregão Presencial n.º 013/2017. Objeto: contratação de serviços de transporte de estudantes do município no ano letivo de 2017. Considerando a decisão supra, ficam intimados os licitantes do prosseguimento do referido processo, com a realização da segunda sessão de lances e habilitação no dia 03/05/2017, a partir das 09:00 horas, na sala da sessão de licitação. Diamantina, 26 de abril de 2017. Carlos Augusto Meira - Pregoeiro Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 003/2017 – PROCESSO Nº 042/2017

O Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas - MG comunica aos interessados que fará realizar no dia 23 de maio de 2017 às 13:30 horas, a licitação na Modalidade Tomada de Preços 003/2017, objetivando a Contratação de pessoa jurídica para execução de rede de água tratada para reforço do abastecimento do condomínio Novo Horizonte no Jardim Itamaraty III incluindo o fornecimento de mão de obra e materiais, conforme especificações técnicas e demais anexos. Os interessados em adquirir o edital e anexos, poderão fazê-lo, em dias úteis, no horário das 12:00 às 18:00 horas. O edital e os anexos serão fornecidos em CD ROM, em formato “PDF” no Setor de Licitações do DMAE, mediante apresentação de recibo de depósito que deverá ser efetuado na conta corrente nº 00000007-6 – código de operação: 006 – Agência 0145 - Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 10,00 (dez reais), referente aos custos da impressão ou disponibilização de mídias com o conteúdo completo deste edital. Informações poderão ser obtidas através do site www.dmaepc.mg.gov.br, no Setor de Compras e Licitações - Rua São Paulo, 675 centro - Poços de Caldas – MG ou pelo telefone: (35) 3697-0628 - 3697.0624, das 12:00 às 18:00 horas. A visita técnica deverá ser realizada nos dias 09/05/17 às 8:00 horas ou no dia 15/05/2017 às 13:00 horas, devendo ser agendada previamente com o servidor Israel através do telefone (35) 3697.0643. Os interessados deverão escolher uma das 2 (duas) datas, devendo comparecer com 15 (quinze) minutos de antecedência no CEOPE – Centro Operacional do DMAE, localizado na Rua Sebastião Tomas de Oliveira, nº 260 – Bairro Santa Rosália – Poços de Caldas/MG. Poços de Caldas, 27 de abril de 2017 - Comissão Permanente de Julgamento de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - MG – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 203/2016. Processo Licitatório nº 235/2016. Empresa: BRA Engenharia - ME. Objeto: Pavimentação Sfática na Avenida Pedro Valadares Versiani. Fica prorrogada a vidência por mais 180 (cento e oitenta) dias. Buritis – MG. João José Alves de Souza. Prefeito Municipal.

A Prefeitura Municipal de Maria da Fé - MG, através do seu Departamento de Licitações, torna público a realização de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 044/2017 para aquisição de Gêneros Alimentícios (Frutas) à Secretaria Municipal de Educação, **Pregão nº 017/2017.** O Edital completo encontra-se no site da Prefeitura, www.mariadafe.mg.gov.br .

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38

Relatório Anual de Agente Fiduciário e Agente de Letras

Encontra-se à disposição dos Srs. Investidores o relatório anual da 2ª e 4ª emissão de Debêntures da **Autopista Fernão Dias S.A.**, em que a **Pentágono** atuou como Agente Fiduciário, no exercício social findo em 31/12/2016, nos termos e forma do artigo 68, § 1º, b da Lei nº 6.404/76 e artigo 12, XVII, XVIII e XIX da Instrução CVM 28/83. Este anúncio é de caráter exclusivamente informativo, não implicando em qualquer recomendação de investimento.



PENTÁGONO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS – MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. O Pregoeiro, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº26/2017**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**. Tem por objeto registrar preços para futura e eventual aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar para veículos da linha leve, utilitários e pesada que componha a frota Municipal. **Sessão dia 12/05/2017 13:00 horas..** Edital completo na Divisão de Licitação desta Prefeitura, ou pela internet no endereço: www.alfenas.mg.gov.br. Alfenas (MG), 27 de abril de 2017. Gilberto Dias França – Pregoeiro.

Chamamento Público n.º 001/2017 – Processo n.º 059/2017 - O Município de Santa Bárbara convida as empresas do ramo da construção civil, a manifestarem interesse na apresentação de proposta para a produção de unidades habitacionais, no bairro Monte Carlo, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, de acordo com especificações prefixadas pela CEF observadas a legislação vigente. Os interessados poderão ler e obter o texto integral desse edital e todas as informações sobre o mesmo, no site www.santabarbara.mg.gov.br e na Divisão de Compras da Prefeitura. Santa Bárbara, 27/04/17. a) Daniela Marra – CPL

Chamamento Público n.º 002/2017 – Processo n.º 060/2017 - O Município de Santa Bárbara convida as empresas do ramo da construção civil, a manifestarem interesse na apresentação de proposta para a produção de unidades habitacionais, no bairro São Bernardo, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, de acordo com especificações prefixadas pela CEF observadas a legislação vigente. Os interessados poderão ler e obter o texto integral desse edital e todas as informações sobre o mesmo, no site www.santabarbara.mg.gov.br e na Divisão de Compras da Prefeitura. Santa Bárbara, 27/04/17. a) Daniela Marra – CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

Av. Acesita, nº. 3230, Bairro São José, Timóteo/MG
CEP: 35182-901 - Telefax: (31) 3847-4718 / 3847-4701

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017 - O Município de Timóteo, através da Comissão Permanente de Licitações, nos termos da legislação vigente, Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/93 e alterações, torna público que **no dia 16 de maio de 2017, às 14:00 horas**, na sua sede, fará realizar licitação, na modalidade **Tomada de Preços nº. 001/2017, Processo Administrativo nº. 089/2017**, que tem por objeto a contratação de empresa de engenharia, pelo regime de empreitada por preços unitários, tipo menor preço global, para execução de serviços de construção de quadra poliesportiva e vestiário no Bairro Quitandinha, no Município de Timóteo, conforme Contrato de Repasse nº 0368819-68 com o Ministério das Cidades/Caixa. O edital e seus Anexos estarão à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Timóteo/Departamento de Compras e Licitações, situada à Avenida Acesita, nº. 3.230, Bairro São José, Timóteo/MG, onde poderá ser adquirido pelo valor de **R\$10,00(dez reais)**. Timóteo, 26 de abril de 2017. **Grace Aparecida Nunes - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITACARAMBI-MG

AVISO DE LICITAÇÃO.
RETIFICAÇÃO DE Pregão Presencial nº. 20/2017
Processo nº. 38/2017.

OBJETO: Contratação de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços de Assessoria de comunicação destinada à realização de editoriais, divulgação de eventos e monitoramento do site municipal. Credenciamento: **15/05/2017: 14h30min às 14h40min.** Início da Sessão: 15h. Nívea Maria de Oliveira - Prefeita Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 3613-2171 ou (38) 3613-2550. Edital disponível para fornecimento via email_licitacao@itacarambi.mg.gov.br ou diretamente no Setor de Licitação e Contratos.

AVISO DE LICITAÇÃO.

Pregão Presencial nº. 21/2017 - Processo nº. 45/2017.

OBJETO Contratação de empresa para prestação serviços de hospedagem, com fornecimento de café da manhã, para atender aos diversos eventos e atividades realizados pelas secretarias municipais de Itacarambi/MG. Credenciamento: **15/05/2017: de 08h30min às 08h40min.** Início da Sessão: 09h. Nívea Maria de Oliveira - Prefeita Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 3613-2171 ou (38) 3613-2550. Edital disponível para fornecimento via email_licitacao@itacarambi.mg.gov.br ou diretamente no Setor de Licitação e Contratos.

AVISO DE LICITAÇÃO.

Pregão Presencial nº. 22/2017 - Processo nº. 46/2017.

OBJETO Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva e ampliação da rede cabeada e wireless, pertencentes ao município de Itacarambi/MG. Credenciamento: **15/05/2017: 08h30min às 08h40min.** Início da Sessão: 09h. Nívea Maria de Oliveira - Prefeita Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 3613-2171 ou (38) 3613-2550. Edital disponível para fornecimento via email_licitacao@itacarambi.mg.gov.br ou diretamente no Setor de Licitação e Contratos.

Associação Cristã de Moços em Minas Gerais

CNPJ – 17.209.859/0001-08

Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Em Reais			
ATIVOQ	2.016	2.015	2.014
CIRCULANTE			
Disponibilidades	26.837	46.889	126.202
Valores a receber Terceiros	560.706	589.012	84.897
Contas a receber (Cielo)	31.631	4.790	9.662
Cheques a receber	20.732	20.960	19.559
Adiantamentos	115.711	64.886	81.674
Depósitos Judiciais	204.954	218.976	933.223
Total do circulante	960.570	945.512	1.255.217
NÃO CIRCULANTE			
Despesas Antecipadas	-	-	40.000
Imobilizado	5.969.197	5.957.755	5.936.229
Total do não circulante	5.969.197	5.957.755	5.976.229
TOTAL	6.929.767	6.903.267	7.231.445

JAIR PIRES DE QUEIRÓZ

Presidente

JOSE GERALDO MALTEZ

Diretor

NELSON XAVIER TEIXEIRA

Contador CRC MG 30397

Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Em Reais			
PASSIVOQ	2.016	2.015	2.014
CIRCULANTE			
Fornecedores	493.962	526.796	527.081
Obrigações Fiscais	37.449	28.177	27.507
Obrigações sociais	105.784	87.207	141.971
Credores Diversos(reforma lanchonete)	30.000	-	-
Salários a pagar	47.694	37.871	36.964
Outras contas a pagar	589	589	4.576
Total do circulante	715.478	680.640	738.100
NÃO CIRCULANTE			

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

PIS – Sub judice	84.908	78.565	73.095
FGTS Parcelamento	615.307	615.393	645.362
Total do exigível a longo prazo	700.215	693.958	718.457

PATRIMONIO SOCIAL

Patrimônio social	5.514.074	5.528.669	5.774.888
Total do patrimônio social	5.514.074	5.528.669	5.774.888

TOTAL	6.929.767	6.903.267	7.231.445
-------	-----------	-----------	-----------

JAIR PIRES DE QUEIRÓZ

Presidente

JOSE GERALDO MALTEZ

Diretor

NELSON XAVIER TEIXEIRA

Contador CRC MG 30397

Demonstração do superávit (déficit) e da movimentação do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro

RECEITAS	2.016	2.015	2.014
Taxa de manutenção	70.956	83.560	88.984
Serviços prestados	1.314.449	1.609.352	1.311.018
Cursos	53.531	64.940	71.818
Taxa de ingresso	-	27.141	2.593
Funcionais	246.975	291.240	244.151
Financeiras	87.524	58.656	2.970
Outras receitas	-	300	-
Arrendamento Monlevade	59.416	48.000	66.000
Arrendamento Cidade Nova	270.181	151.069	-
Arrendamento Lanchonete	6.400	-	-
Camping	-	-	-
Participação assistência Comunitaria	45.429	43.690	74.893
Recuperacao despesas	1.799	-	-
Total das receitas	2.156.660	2.377.948	1.862.428

DESPESAS

Despesas Operacionais

Despesas com pessoal	962.862	889.073	856.709
Serviços prestados à comunidade – gratuidades	50.593	43.690	74.332
Administrativas	557.299	515.590	400.795
Manutenção e limpeza	182.235	186.939	179.057
Financeiras	47.869	51.741	17.612
Programas	559	395	3.140
Projeto P.A.C.E	139.173	110.440	1.896
Projeto ASSESSORAMENTO	33.000	36.000	3.000
Desenvolvimento Social	-	-	10.290
Serviços	3.469	221	4.748
	1.977.058	1.834.088	1.551.580

Superavit Operacional	179.602	543.860	310.848
-----------------------	---------	---------	---------

Despesas Não operacionais

Outras despesas	45.576	75.833	807
Processo SBH	148.623	714.247	-
	194.198	790.080	807

Superavit(Déficit)	-14.595	-246.219	310.042
--------------------	---------	----------	---------

Superávit (Déficit) do exercício

Patrimônio social no inicio do exercício	5.528.669	5.774.888	5.779.939
Patrimônio social no fim do exercício	5.514.074	5.528.669	6.089.981

JAIR PIRES DE QUEIRÓZ

Presidente

JOSE GERALDO MALTEZ

Diretor

NELSON XAVIER TEIXEIRA

Contador CRC MG 30397

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro/2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O objetivo da Associação é promover o aperfeiçoamento espiritual, moral, intelectual, físico e social da mocidade, procurando especialmente cultivar o caráter cristão de seus associados e não associados diretamente, e promover atividades relacionadas com o ensino em geral para todos os seus níveis. A ACM MG também foi declarada como entidade de utilidade pública pelo Decreto federal nº 50.517 de 15 de fevereiro de 1974, pelo decreto estadual numero 2059 de 08 de janeiro 1960 e pela lei municipal 1220 de 31 de dezembro de 1965, as quais se encontram em vigor, cumpridas as obrigações acessórias decorrentes. A entidade vem resolvendo a difícil situação financeira que atravessa desde o inicio da década de 1990.

2. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS

a) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição e reavaliação, menos depreciações acumuladas. A depreciação é computada pelo método linear em função da vida útil econômica estimada.

3. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIIS III

Em 2009 a entidade optou pelo refis III para quitar compromissos com a receita federal e aguarda a consolidação do debito para provisionamento contábil.

4. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

Em abril de 2011 em função de disputa na justiça foram bloqueados recursos que se encontram demonstrados sob a rubrica de depósitos judiciais no montante de R\$800.000,00.

Em 2015 o processo foi deferido em favor da SBH Sociedade Brasileira de Habitações Ltda., quando foi então transferido o montante de R\$ 714.243,56 (setecentos e quatorze mil duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos).

Em 2016 foi feito um acordo judicial em favor da SBH Sociedade Brasileira de Habitações Ltda, no montante de R\$ 625.600,40 dividido em 103 parcelas de R\$ 6.076,78 dando quitação a este processo.

Em 2016 a ACM aderiu um parcelamento junto a Prefeitura de Belo Horizonte débitos de IPTU referente 2010 a 2015:

- Em Fevereiro/2016 um montante de R\$ 804.115,45 divididos em 82 meses;

- Em Marco/2016 um montante de R\$ 163.892,84 divididos em 180 meses.

O valor provisionado referente parcelamento de FGTS encontra-se totalmente quitado aguardando consolidação da Caixa Econômica Federal.

5. LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A lei 9.732 de 11 de dezembro de 1998, prevê o recolhimento de quota patronal das contribuições previdenciárias ao INSS, proporcionalmente aos atendimentos gratuitos efetuados pela entidade. Foi ajuizado no Supremo Tribunal Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de liminar contra a Lei nº 9.732/98, o qual, o STF concedeu a respectiva liminar, e está atualmente pendente de julgamento final. Dessa forma, a administração optou em não recolher e não provisionar a quota patronal das contribuições previdenciárias ao INSS.

06) ATIVIDADES ASSISTENCIAIS

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos

Programa Abrindo Caminhos Através do Esporte - PACE

O Programa Abrindo Caminhos Através do Esporte – PACE da Associação Cristã de Moços de Minas Gerais – ACM/MG tem como premissa constituir um espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e de autonomia de 60 crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, através de atividades sociais, pedagógicas, desportivas e recreativas, como forma de inclusão social.

As intervenções são pautadas em experiências lúdicas, sociais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Tem por objetivo prestar serviços à crianças e adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, nas áreas de assistência social, socialização de direitos sociais, educação complementar, atendimento psicossocial, esporte e lazer, de modo a contribuir para o aprendizado e o desenvolvimento de capacidades através de ações educativas e de valorização de saberes, promovendo a integração, a inclusão social e o bem estar, através de atendimentos e acompanhamento social.

Para a execução deste programa proposto pela ACM/MG, foi necessária a composição uma equipe multidisciplinar, com Assistente Social, Psicóloga, e Profissionais da Educação Física. A Assistente Social atua no acompanhamento das crianças e dos adolescentes para encaminhamentos de demandas e atendimento de suas famílias, além de realizar a articulação da rede. Para o desenvolvimento de atividades esportivas contamos com um Professor de Educação Física e uma Auxiliar de Esportes. Já a Psicóloga atua com foco na superação de problemas psicológicos, emocionais e psicossociais, em diferentes contextos e situações, como por exemplo, nas relações familiares, sociais, escolares e outras da vida cotidiana. As sessões têm como finalidade verificar a situação concreta, compreender o problema e intervir para a sua superação, evitando assim, complicações psicológicas futuras.

A ACM/MG disponibiliza para crianças e adolescentes através do PACE: materiais esportivos e pedagógicos, jogos, livros, uniformes, além de reforço alimentar.

Em 2016, foram atendidas 95 crianças e adolescentes, com atividades três vezes por semana nos dois turnos. As atividades foram desenvolvidas nas segundas, quartas e sextas-feiras de 08:00 às 11:30 no turno da manhã, e de 13:30 às 17:00 no turno da tarde.

Resumo dos Dados:

- ✓ 95 Crianças e Adolescentes Atendidos pelo PACE
- ✓ 47 Admissões
- ✓ 35 Desligamentos (12: Iniciativa do Responsável/ 21 Evasões e ou Abandono/ 2 Mudança de endereço)
- ✓ 3 Encontros de Pais
- ✓ 2 Dias da Família
- ✓ 1 Evento (Festa Junina)
- ✓ 123 Dias de Programa
- ✓ 5763 Atendimentos Crianças e Adolescentes PACE
- ✓ 28 Crianças e Adolescentes atendidos na Psicologia

Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos

Acompanhamento Psicossocial das Famílias

Um dos eixos estruturantes da gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS é a matricialidade sociofamiliar. Essa centralidade presente no SUAS, traz em sua base, a concepção de que todas as outras necessidades e públicos da assistência social estão, de alguma maneira, vinculados à família, quer seja no momento de utilização dos programas, projetos e serviços da Assistência, quer seja, no início do ciclo que gera a necessidade do indivíduo vir a ser alvo da atenção da política. A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social.

Ao reconhecer e defender tal centralidade como princípio, aponta o trabalho junto à família como possibilidade de atuação integral e não fragmentada, visto que, que no geral, os usuários dos programas, projetos e serviços da assistência social, têm necessidades em diferentes áreas da vida social, bem como, nas diferentes faixas etárias, atingindo, portanto, toda a família e não apenas um de seus membros.

O trabalho social com famílias desenvolvido pela ACM reconhece que as pessoas são ou podem vir a ser autores e atores de sua própria história, a partir do resgate de seus saberes e querer, da (re) construção de valores, identificação de habilidades e potencialidades, tendo em vista uma perspectiva emancipatória.

Nessa perspectiva, o acompanhamento familiar realizado pela ACM parte de uma abordagem cidadã, orientando sobre os direitos sociais, possibilitando o acesso às políticas existentes e informando os meios para a garantia e consolidação dos direitos, fortalecendo, portanto, o desenvolvimento de protagonismo social.

O acompanhamento psicossocial da ACM/MG é desenvolvido através de ações ou serviços oferecidos individualmente ou coletivamente. Tem como principal objetivo atender o indivíduo em seus problemas imediatos, informando e viabilizando seu acesso aos recursos existentes na instituição e fora dela; abrange também ações de aconselhamento, informação e encaminhamentos.

Objetivos

- Realizar o acompanhamento social de 60 famílias, das crianças e adolescentes atendidos pelo Programa Abrindo Caminho Através do Esporte – PACE da ACM/MG.
- Apoiar e orientar as famílias em suas funções de proteção, socialização e cuidado de seus membros, promovendo a inclusão social e incentivando o protagonismo na superação de dificuldades associadas a riscos e vulnerabilidades;
- Orientar e inserir as famílias nos benefícios socioassistenciais, como Programa Bolsa Família e/ou outros, que possuíssem por direito, no amparo, no esclarecimento de dúvidas e na orientação pela busca;
- Conhecer os grupos familiares, identificar suas necessidades e demandas, potencializando sua inclusão na rede de atendimento;
- Orientar as famílias de usuários da lista de espera sobre os benefícios socioassistenciais, como Programa Bolsa Família e/ou outros, que

possuírem por direito, no amparo, no esclarecimento de dúvidas e na orientação pela busca;

Principais atividades realizadas:

- Atendimento as famílias no momento de inscrição da criança ou adolescente no PACE, e esclarecer os objetivos do Programa, orientar sobre a documentação necessária, e repassar todas as informações pertinentes sobre as atividades desenvolvidas com as crianças e adolescentes;
- 47 Atendimentos para a realização da avaliação socioeconômica buscando identificar as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, pois estas são prioritárias para atendimento do PACE. Além disso, para realizar os encaminhamentos de demandas, conhecer melhor o universo daquela criança ou adolescente, saber onde e como ele vive, como são suas relações familiares, para acompanhamento de fragilidades;
- Acompanhamento das questões psicossociais apresentadas pelas famílias: por meio de parcerias com a Rede Socioassistencial, torna-se possível mediar conflitos e facilitar a garantia de direitos das famílias;
- 28 intervenções da Psicologia com os Pais e Responsáveis.

Em 2016, foi implantado o “Dia da Família” com o intuito de intensificar o atendimento com as famílias, tentar aproximá-las do cotidiano da Entidade, buscando criar um espaço onde as famílias consigam relacionar as questões pessoais com a convivência em grupo, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, sendo também local de promoção e garantia de direitos.

Tecendo Redes

O “Tecendo Redes” busca promover o fortalecimento da rede socioassistencial no intuito de potencializar a informação e os serviços. No decorrer do primeiro ano do cronograma, foram planejadas visitas aos órgãos e Instituições que fazem parte da rede socioassistencial da Regional Noroeste para divulgar o trabalho realizado pela unidade da ACM MG no bairro Caiçara, e formar possíveis parcerias.

Em 2016 realizamos visitas institucionais ao Conselho Tutelar Noroeste e a 05 escolas localizadas na regional noroeste, sendo elas: Escola Estadual Caio Nelson de Sena; Escola Municipal Arthur Guimarães, Escola Municipal Professora Eleonora Pieruccetti, Escola Municipal Professor Cláudio Brandão e Escola Estadual Princesa Isabel.

As visitas às escolas têm o propósito de apresentar os serviços ofertados pela ACM através do PACE, como também de discutir os casos de crianças e adolescentes já atendidos pelo Programa e ponderar sobre suas potencialidades e dificuldades.

A ACM como entidade prestadora de serviços socioassistenciais, precisa ser conhecida como forma de ser referência para possíveis encaminhamentos, como também, poder contar com os serviços oferecidos pelos equipamentos da rede para encaminhamentos de nossas famílias.

Durante as visitas, primeiramente conhecemos a estrutura física dos equipamentos, através de uma visita guiada, e conhecemos alguns serviços do equipamento. Em contato com os técnicos, percebemos como são as demandas e dificuldades enfrentadas. Logo em seguida, apresentamos através de um material informativo, o trabalho desenvolvido pela ACM/MG através do PACE. Informamos os critérios para admissão, as formas possíveis para encaminhamento e o trabalho desenvolvido pela Entidade. Explicamos o objetivo de nossas visitas, que é o de divulgar o trabalho e fortalecer a parceria entre a rede de serviços socioassistenciais e nossa Entidade.

As crianças e adolescentes encaminhados pela rede socioassistencial munidos com o documento técnico, tem prioridade no atendimento pelo Programa de acordo com a disponibilidade de vagas.

Crianças e adolescentes que apresentarem relatório médico ou escolar comprovando Déficit de Aprendizagem, TDAH, Hiperatividade, Autismo ou algum tipo de deficiência também terão atendimento prioritário.

Atualmente 23 crianças e adolescentes encaminhados pela rede e 12 com o Cadastro Único, estão sendo atendidas pelo PACE.

Através da articulação em rede com o CREAS, 2 adolescentes cumpriram a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade na ACM, oportunizando ao adolescente a formação de valores e atitudes construtivas, através de sua participação solidária no trabalho desenvolvido pela instituição.

Todas as visitas podem ser comprovadas através de declarações de comparecimento (amostras em anexo).

Entidades de Assessoramento

São aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas às deliberações do CNAS.

As Entidades de Assessoramento são aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas às deliberações do CNAS.

O Instituto de Apoio à Portadores de Câncer – IACP Santa Mônica é uma instituição sem fins lucrativos que tem por objetivo prestar assistência social e psicológica ao portador de câncer e seus familiares. Todas as famílias beneficiadas são carentes e necessitam de apoio, essas famílias são direcionadas a instituição através de Hospitais da Rede Pública. São distribuídos leites para dietas especiais, roupas, cestas básicas, medicamentos, fraldas geriátricas e empréstimos de cadeiras de rodas, entre outros.

A ACM/MG tomou conhecimento que o IACP Santa Mônica, estava passando por dificuldades que põe em risco o futuro da Instituição. Sabendo da importância dessa entidade para a sociedade, visto que a mesma busca amenizar o sofrimento das pessoas com câncer e de suas famílias, pois o câncer é uma doença que, além de trazer sofrimento físico e emocional, pode causar uma desestruturação socioeconômica do ser humano, a ACM/MG propôs uma parceria entre as duas entidades, baseada na Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 27, de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos no âmbito da Assistência Social.

A ACM/MG proporciona o assessoramento técnico através da disponibilidade de seu quadro de funcionários em apoiar e assessorar as atividades desenvolvidas pelo IACP Santa Mônica, e concede o apoio financeiro destinando parte de sua receita através de doações. Busca fortalecer e qualificar a entidade quanto ao seu planejamento, captação de recursos, gestão, monitoramento, avaliação, oferta e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e para sua atuação na defesa e garantia de direitos. Em contrapartida, a ACM retornou à condição de instituição que compõe a rede socioassistencial, que presta serviços socioassistenciais e atua no assessoramento e garantia de direitos.

A ACM/MG concedeu um apoio financeiro mensal de 3.000,00 (três mil reais) para a Entidade, esse valor era destinado à compra de medicamentos, cestas básicas ou pagamento de vale social para os usuários da entidade. Além disso o IACP contou com a assessoria da Área de Desenvolvimento Social da ACM/MG para apoio em suas demandas.

Através do valor repassado para o IACP de janeiro a novembro de 2016, foram concedidos 817 benefícios para pacientes com câncer atendidos pelo IACP. Segue abaixo o resumo de doações concedidas:

Atendimentos IACP em 2016		
281	Cestas Básicas distribuídas	
110	Kits de Limpeza	
157	Cartões com vale social distribuídos	
35	Usuários atendidos com medicamentos	
34	Usuários atendidos com fraldas infantis, geriátricas e lenços umedecidos	
30	Usuários atendidos com leite para dieta especial	
133	Usuários atendidos com gêneros alimentícios	
07	Usuários atendidos com vale gás	
26	Outros itens (luvas, máscaras, álcool, etc.).	
01	Usuário atendido com uma prótese ocular	
01	Usuário atendido com um óculos	
02	Auxílio Sepultamento	
817	Total	

Foram atendidas 1.722 Pessoas (817 Atendidos Direto e 905 Atendidos Indireto). Deste, 280 são crianças e 176 são adolescentes.

7)CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Evento	Ano 2016	%
Receita Bruta	2.156.660	100,00%
Despesas com Pessoal	- 962.862	44,64%
Despesas Administrativas	- 557.299	25,84%
Despesas com manut.e conservação	- 182.235	8,45%
Despesas Financeiras	- 47.869	2,22%
Despesas Diversas	- 49.603	2,30%
Receita Disponível para Apl Social	356.792	16,54%

8)DESPESAS ASSISTENCIAIS

Evento	Ano 2016	%
Receita Para Aplicação Social	356.792	100,00%
Programa Pace (Custo)	139.173	39,00%
Projeto Assessoramento (Custo)	33.000	9,25%
Gratuidades (Custo)	50.593	14,18%

Percentual da receita aplicado às atividades sócio assistenciais 62,74%

JAIR PIRES DE QUEIROZ

Presidente

JOSÉ GERALDO MALTEZ

Diretor Tesoureiro

NELSON XAVIER TEIXEIRA

Contador CRC MG 30397

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG
Torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade **Pregão presencial para registro de preços** de n°. 0025/2017, Processo Administrativo n°. 0045/2017, menor preço, julgamento por item. Cujo objeto é a Seleção de pessoa jurídica para Prestação de serviços com veículos automotores para o transporte escolar do município, conforme anexo I. Edital disponível na Diretoria de Licitações e Contratos, em dias úteis, de 13h às 17 horas. Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues até às 9h30min do dia 16/05/2017 na sede da Prefeitura Municipal. A sessão terá início às 9h45min. Carangola/MG, 27/04/2017.

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
CNPJ 17.343.682/0001-38
RELATÓRIO ANUAL DE AGENTE FIDUCIÁRIO
Encontra-se a disposição dos Srs. Investidores o relatório anual da 1ª emissão de Debêntures da Vila Real Energia S.A., em que a PENTÁGONO atuou como Agente Fiduciário, no exercício social findo em 31.12.2016, nos termos e forma do artigo 68, § 1º, b da Lei nº 6.404/76 e artigo 12, XVII, XVIII e XIX da Instrução CVM 28/83. Este anúncio é de caráter exclusivamente informativo, não implicando em qualquer recomendação de investimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial Registro de Preço - nº 037/2017. Licitação Exclusiva - ME/EPP LC 147/2014** Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de gradil galvanizado 2x1. Data de realização **15/05/2017 às 09:00 hs.** O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br**, em **Transparência/Publicações**. Nova Lima, 27 de abril de 2017. Marcela Gonçalves Ribeiro, Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
O Município de Nova Lima, torna público através de seu Pregoeiro, que será reaberto novo prazo do **Edital de Pregão Presencial 012/2017**, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Lavanderia Hospitalar. A **Reabertura** da sessão será realizada no dia **17/05/2017 às 09:00 hs.** O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br**, em **Transparência/Publicações**. Nova Lima, 27 de Abril de 2017. Daniel Santana Soares, Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ - MG
HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO da TOMADA DE PREÇOS nº 002/2017 - Processo Administrativo nº 047/2017, empreitada tipo menor preço global, destinada a seleção e contratação de empresa na área de engenharia civil para execução da obra de reforma e ampliação da Escola Municipal Coronel Antônio Costa Monteiro, no Município de Guaxupé/MG. Com base no exame e parecer da Assessoria Jurídica do Município de Guaxupé, a Tomada de Preços 002/2017 - Processo Administrativo 047/2017 foi Homologada e foi Adjudicada para a empresa **CONSTRUTORA HGB LTDA - ME, CNPJ: 16.898.251/0001-75**, sediada na Rua Augusto Nunes Corrêa, 245 - Jard. Terras de Santo Antônio - Tambaú/SP - CEP 13710-000, com o valor de R\$270.232,97 (duzentos e setenta mil e duzentos e trinta e dois reais e noventa e sete centavos). Guaxupé, 26 de abril de 2017 - Marco Aurélio Silva Batista - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES PEDRO SANTOS S/A - CNPJ: 23.060.479/0001-57 IE: 002.673.663-0096 - Rod. Montalvania/Chapada Gaucha - S/N - Km 100 - Januária/MG					
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015					
Ativo			Passivo		
	2016	2015		2016	2015
Circulante			Circulante		
Caixa e Bancos	122,00	10.000,00	SCP Carvão da Chapada Agroflorestal	7.700,43	
Aplicações Financeiras	9.620,16		Não Circulante		
Permanente			Afac Ditrassa S/A	85.676,47	14.760,10
SCP Carvão da Chapada Agroflorestal	84.000,00	13.796,81	Patrimônio Líquido		
Sicoob - Patos de Minas	500,00		Capital Social	10.000,00	10.000,00
Resultado de Equivalência Patrimonial			Lucro/Prejuízo do Exercício	19.154,96	-963,29
SCP	27.326,41		Prejuízo Exercício 2015	-963,29	
Total do Ativo	121.568,57	23.796,81	Total do Passivo	121.568,57	23.796,81
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos para os Exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2015			Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015		
Origens dos Recursos	2016	2015	1 - Receitas Patrimoniais	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	19.154,96	-963,29	(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	27.326,41	0,00
Adiantamento p/ Futuro Aumento do Capital Social	70.916,37	14.760,10	(+) Receitas Financeiras	0,16	0,00
Depreciação	0,00	0,00	(-) Lucro Bruto Operacional	27.326,57	0,00
Alienação de Bens do Ativo Imobilizado	0,00	0,00	2 - Despesas Operacionais		
Total das Origens	90.071,33	13.796,81	(-) Despesas Administrativas	-8.171,61	-963,29
Aplicação dos Recursos			3-Lucro Operacional antes IR e CSLL	19.154,96	-963,29
Distribuição de Dividendos	0,00	0,00	4 - Lucro Líquido do Exercício	19.154,96	-963,29
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	70.703,19	13.796,81			
Resultado de Equivalência Patrimonial	27.326,41	0,00	Aumento do Estoque	0,00	0,00
Total das Aplicações	98.029,60	13.796,81	Aumento de Fornecedores	7.700,43	0,00
Variação do CCL	-7.958,27	0,00	Redução de Tributos a Pagar	0,00	0,00
Demonstração da Variação do CCL			Redução de Salários a Pagar	0,00	0,00
Ativo Circulante Inicial	10.000,00	10.000,00	Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (1)	26.855,39	-963,29
Ativo Circulante Final	9.742,16	10.000,00	Fluxos de Caixa das atividades de investimento		
Aumento/Redução do Ativo Circulante	-257,84	0,00	Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	70.916,37	14.760,10
Passivo Circulante Inicial	0,00	0,00	Resultado de Equivalência Patrimonial	-27.326,41	0,00
Passivo Circulante Final	7.700,43	0,00	Pagamento pela aquisição de bem para Imobilizado	-70.703,19	-13.796,81
Aumento/Redução do Passivo Circulante	7.700,43	0,00	Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento (2)	-27.113,23	963,29
Variação do CCL	-7.958,27	0,00	Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados para os Exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2015	2016	2015	Adiantamento e Créditos de Terceiros	0,00	0,00
Lucro a Disposição da Assembleia em 01/01/2016	-963,29	0,00	Distribuição de Dividendos	0,00	0,00
Lucro Líquido Apurado em 31/12/2016	19.154,96	-963,29	Integralização de capital pelos Acionistas	0,00	10.000,00
Demonstração de Fluxos de Caixa - Método Indireto Para os Exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2015			Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento (3)	0,00	10.000,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2016	2015	Aumento Líquido ao Caixa e Equivalentes de Caixa (1+2+3)	-257,84	10.000,00
Lucro / Prejuízo do Exercício	19.154,96	-963,29	Caixa e equivalente de caixa no início do período	10.000,00	0,00
Ajustes ao Lucro Líquido			Caixa e equivalente de caixa no fim do período	9.742,16	10.000,00
Depreciação	0,00	0,00	Variação das contas Caixa/Bancos /Equivalentes	-257,84	10.000,00
Ganhos na Alienação de Bens	0,00	0,00			
Ajustes Variações das Contas de Ativo e Passivo Operacional	0,00	0,00			
Aumento da conta Duplicatas a Receber	0,00	0,00			
AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES PEDRO SANTOS S/A - IVONEY AUGUSTO CASALI-Dir. Presidente-CPF: 229.237.566-49 GERALDO VIANA DOS REIS - Tec. Contabil - CRC/MG 58060 - CPF: 517.985.906-97					

SUPERMIX CONCRETO S/A - CNPJ: 34.230.979/0001-06					
Relatório da Administração					
Em consonância com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A Administração agradece aos acionistas, funcionários, clientes e fornecedores pela colaboração e apoio que têm prestado à sociedade. Belo Horizonte, 31 de março de 2017. A Diretoria.					
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM					
ATIVO	Notas	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	Notas
		RS mil	RS mil		
CIRCULANTE		243.992	254.571	CIRCULANTE	
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	73.143	56.837	Fornecedores	
Contas a Receber	5	129.010	148.511	Impostos e Contribuições	12
Estoques	6	28.749	32.746	Adiantamento de Clientes	
Adiantamentos		1.046	1.654	Encargos Trabalhistas	11
Despesas Antecipadas		1.384	3.708	Financiamentos	13
Ativos Mantidos para Venda	8	9.007	9.088	Dividendos a Pagar	
Impostos à Recuperar		6	18	NÃO CIRCULANTE	
Outros		1.647	2.009	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
NÃO CIRCULANTE		208.121	215.581	Financiamentos	13
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Créditos de Empresas Controladas	
Aplicações Compulsórias		151	142	Impostos e Contribuições	12
Depósitos Judiciais	7	31.693	36.288	Impostos e Contribuições Diferidas	12
Débito Empresas Coligadas		1.889	2.111	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
INVESTIMENTOS	9	50.059	51.982	Capital Social	19
IMOBILIZADO	10	118.680	117.172	Reserva de Capital	
INTANGÍVEL	10	5.649	7.886	Reserva de Lucros	
TOTAL DO ATIVO		452.113	470.152	TOTAL DO PASSIVO	
				452.113	470.152
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM				DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EM	
	Notas	31/12/2016	31/12/2015	Fluxo de Caixa das Atividades	
		RS mil	RS mil	Operacionais:	
RECEITA LÍQUIDA	15	1.176.310	1.474.691	(+) Lucro Líquido do Exercício	17.675
Custo de Serviços Vendidos	16	(1.130.230)	(1.382.628)	(+) Depreciação e Amortização	14.765
LUCRO BRUTO		46.080	92.063	(+/-) Resultado na Baixa de Bens	232
Despesas Gerais e Administrativas	17	(41.131)	(42.162)	(-) Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.106)
Despesas com Vendas	18	(16.962)	(2.215)	28.566	59.882
Outras Receitas		26.889	14.753	Variação nos Ativos e Passivos:	
Ganho de Capital na Venda de Imobilizado		(599)	220	(Acréscimos) decréscimos nos Ativos Operacionais	
Resultado de Equivalência Patrimonial		4.106	6.219	Contas a Receber	21.686
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		18.383	68.878	Estoques	3.997
Receitas Financeiras		14.374	10.481	Despesas Antecipadas	2.324
Despesas Financeiras		(7.827)	(10.705)	Adiantamentos a Fornecedores	608
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro		24.930	68.654	Depósitos Judiciais	4.595
Provisão para Imposto de Renda		(1.089)	(5.614)	Outros Ativos	446
Provisão p/Imposto de Renda - Diferido		(4.194)	(8.330)	Acréscimos (decrécimos) nos Passivos Operacionais	
Provisão para Contribuição Social		(462)	(2.159)	Fornecedores	(3.696)
Provisão p/Contribuição Social - Diferido		(1.510)	(2.999)	Contas a Pagar	(734)
Lucro Líquido do Exercício		17.675	49.552	Obrigações Fiscais	563
Lucro Líquido por Ação - R\$		0,02182812	0,06119531	(-) Disponibilidades Líquidas Geradas (aplicadas) Atividades Operacionais	58.355
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM		31/12/2016	31/12/2015	Fluxos dos Financiamentos	
		RS mil	RS mil	(+) Novos Financiamentos	-
Lucro Líquido do Exercício		17.675	49.552	(-) Pagamento de Financiamentos	(18.746)
Outros Resultados Abrangentes		-	-	(-) Pagamentos de Empréstimos a Coligadas	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício		17.675	49.552	(+) Recebimentos de Empréstimos a Coligadas	936
				(-) Dividendos Pagos	(16.000)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM		31/12/2016	31/12/2015	Fluxos dos Investimentos	
		RS mil	RS mil	(-) Aquisição de Imobilizado	(14.268)
Lucro Líquido do Exercício		17.675	49.552	(+) Dividendos Recebidos	6.029
Outros Resultados Abrangentes		-	-	(=) Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas Atividades de Financiamentos e Investimentos	(42.049)
Total do Resultado Abrangente do Exercício		17.675	49.552	Aumento das Disponibilidades	16.306
				Saldo Inicial das Disponibilidades	56.837
				Saldo Final das Disponibilidades	73.143
				Variação do Saldo das Disponibilidades:	16.306
					50.241
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2016 - R\$ MIL					
Descrição	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros		Total
			Legal	de Lucro	
SALDO EM 31/12/2014	41.274	25.660	8.179	133.199	208.312
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	49.552	49.552
Constituição Reserva Legal	-	-	76	(76)	-
Destinação Proposta à Assembleia Geral dos Acionistas:					
- Dividendos	-	-	-	(16.000)	(16.000)
SALDO EM 31/12/2015	41.274	25.660	8.255	166.675	241.864
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	17.675	17.675
Saldo em 31/12/2016	41.274	25.660	8.255	184.350	259.539
Edison Dias Filho	Henrique Dias Cambraia	“As Notas Explicativas na Íntegra e o Parecer Elaborado pela ARAUJO LOPES - AUDITORIA E CONSULTORIA, encontram-se à disposição na sede da Empresa”			
Diretor	Diretor				
Ricardo Luiz Lobato Morato	Contador - CRC 54.658/0-0-MG				

MACAÚBAS MACAÚBAS MEIO AMBIENTE S.A. CNPJ Nº 03.229.837/0001-71					
Relatório da Administração - Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 da Macaúbas Meio Ambiente S.A.. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Rio de Janeiro, 27 de março de 2017. A Diretoria.					
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)		Demonstrações dos Resultados Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)			
Ativo	2016	2015			
Circulante			2016	2015	
Caixa e equivalentes de caixa	3.482	5.887	Receitas brutas de serviços	32.783	35.296
Contas a receber de clientes	3.493	8.930	Impostos incidentes sobre serviços	(4.672)	(4.951)
Impostos a compensar	240	598	Receita operacional líquida	28.111	30.345
Outras contas a receber	110	100	Custos dos serviços prestados	(20.257)	(21.744)
	7.325	15.515	Lucro bruto	7.854	8.601
Não circulante			Receitas(despesas) operacionais:		
Imobilizado	61.699	60.680	Despesas administrativas	(764)	(1.280)
	61.699	60.680	Resultado financeiro	(8.508)	(11.419)
	69.024	76.195	Despesas tributárias	(152)	(226)
			Outras	51	(84)
Passivo	2016	2015		(9.373)	(13.010)
Circulante			Resultado operacional	(1.519)	(4.409)
Fornecedores	851	1.092	Prejuízo do exercício	(1.519)	(4.409)
Empréstimos e financiamentos	748	1.272	Prejuízo do exercício por ação do capital social	(0.1349)	(0.3916)
Obrigações fiscais	778	1.360			
Obrigações com pessoal	1.292	1.378			
Outras obrigações	4	5			
	3.673	5.107			
Não circulante			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)		
Empréstimos e financiamentos	1.069	1.690	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Debêntures a pagar	51.985	70.582	9.494	(6.269)	3.225
	53.054	72.272	-	(4.409)	(4.409)
			9.494	(10.678)	(1.184)
			15.000	-	15.000
			-	(1.519)	(1.519)
			24.494	(12.197)	12.297

IMAS - EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 02/2017
A PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES - IMAS, Janete Miguel Said Marangon no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.522/03 e em conformidade coma a Lei 8.666/93 e 10.520/02 e demais normas aplicáveis **TORNA PÚBLICO, que NO DIA 11 DE MAIO DE 2017 ÀS 9:00 HORAS**, na Rua Maria Geralda Paranhos, 107, Centro, estará aberta sessão pública do **PREGÃO PRESENCIAL** para aquisição de materiais de uso odontológicos, **Tipo Maior Desconto Por Lote**. O Edital na íntegra e demais informações, encontram-se fixados no quadro de aviso do IMAS, de 7:00 às 18:00 horas em dias uteis e no site www.imasviciosa.com.br, aba “licitações”.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS
ESCOLA SARGENTO MAX WOLF FILHO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 21/2017
A Escola de Sargentos das Armas comunica a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, no Sistema de Registro de Preços (SRP), para a aquisição de material de consumo (copos de porcelana). A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços, a partir das 08:00 horas do dia 27 de abril de 2017 até as 08:59 horas do dia 12 de maio de 2017, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, às 09:00 horas do dia 12 de maio de 2017, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela Internet, endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br), dirigida por um pregoeiro. O Edital é gratuito e está disponível no portal de compras do Governo Federal, na INTERNET. Três Corações-MG, 27 de abril de 2017.
Alexsander Donisete da Fonseca - S Ten - Pregoeiro

 **Edital de Leilão de Veículos Apreendidos BHTRANS**
Edital de Leilão 001/2017 – O **Leiloeiro Jonas Gabriel Antunes Moreira, JUCEMG 638**, torna público que levará a leilão simultâneo (online e presencial) em 16/05/2017, às 09:00 no Auditório do Círculo Militar de Belo Horizonte, Avenida Raja Gabaglia, n.º350, Bairro Gutierrez, 305 veículos considerados conservados ou sucatas. A alienação se dará pela melhor oferta individual de cada bem, no estado em que se encontram os veículos apreendidos e recolhidos no Pátio da BHTRANS. A visita aos pátios para Inspeção Visual dos veículos poderá ser feita pelos interessados nos dias 11/5, 12/5 e 15/5 das 9h às 17h, nos seguintes endereços: Avenida Tereza Cristina, 3009, bairro Calafate e Rua Senador Milton Campos, 1012, bairro Santa Maria. As informações sobre o leilão e participação podem ser consultadas no portal da BHTRANS, através do díte do leiloeiro www.jonasleiloeiro.com.br ou pelo telefone: 37-3402-2001.

PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS SUBSEÇÃO DE GOVERNADOR VALADARES PRIMEIRA VARA FEDERAL. EDITAL DE LEILÃO. O MM. Juiz Federal Substituto da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG, Dr. Vinícius Cobucci Sampaio, com o auxílio de PAULO ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA BESSA. Leiloeiro Público Oficial, FAZ SABER, a todos quantos virem o presente EDITAL, ou dele tiverem conhecimento, que a 1ª Vara Federal de Governador Valadares/MG levará à venda em arrematação pública, nas modalidades **PRESENCIL E ELETRÔNICO, no dia 09/05/2017, às 14:00 horas em 1º leilão e, caso os bens não sejam arrematados, deverá ser realizado o 2º leilão, no mesmo dia às 14:30 horas**, local: FADIVALE - Faculdade Vale do Rio Doce, Rua Dom Pedro II, nº 244, Centro, Governador Valadares/MG, os bens penhorados nos autos dos processos a seguir relacionados:
EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 3227-88.2010.4.013813 Exequente: Caixa Econômica Federal/CEF. Executados: Vanessa e Andressa Publicidade Ltda (CNPJ nº 05.371.569/0001-87), Marcelle Andressa Nogueira (CPF nº 047.188.686-61) e Nélcio César Nogueira (CPF nº 154.709.206-82). - **Bem:** - 50% (CINQUENTA POR CENTO) do lote de terreno 14 da quadra nº 128. Bairro Vila Euzébio Cabral, nesta cidade, ou seja, 167 m2 (cento e sessenta e sete metros quadrados) de uma área total de 334 m2 (trezentos e trinta e quatro metros quadrados). Trata-se de área plana de frente a um córrego. Foi erguida no lote casa simples com 01 (um) banheiro, 2 (dois) quartos, sala e cozinha. No local reside o Sr. Manoel Amaro da Silva, sua esposa e filho. Registrado no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Governador Valadares/MG, sob a matrícula nº 11.703. Livro nº 02 Registro Geral.
Reavaliado em 10/03/2017: A quota parte pertencente ao executado (50%) foi avaliada em R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS). **Ônus:** - **Arrematação (R-07-11.703)** da metade ideal do imóvel por Gildo Leite Rezende, brasileiro, engenheiro, CPF nº 104.785.826-68. Carta de Arrematação datada de 07/02/2003, expedida pela 2ª Vara Cível desta Comarca, nos autos do processo de Execução nº 105.95.006.652-9;
- **Penhora (R-06-11.703)** - Mandado de registro de penhora, datado de 06/04/2001, expedido pela Secretaria da Vara da Infância, Juventude e Precatórias desta Comarca, extraído do Processo (Precatória) nº 105.00.013.841-9, autora: Petrobrás Distribuidora S/A, réus: Nélcio Cezar Nogueira, CPF nº 154.709.206-82 e a firma Posto Frei Inocêncio Ltda. Valor da Execução: R\$ 51.828,44 (cinquenta e um mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos).
Localização do bem: - Rua do Canal de São Pedro, na quadra situada entre as Ruas Israel Pinheiro e Professor José de Carvalho, Bairro Vila Euzébio Cabral - Governador Valadares/MG.
- **Bem:** - 50% (CINQUENTA POR CENTO) da casa residencial, com frente para a Av. Paranaíba, nº 113. Bairro Cidade Jardim Senhora do Carmo, Ilha dos Araújo, nesta cidade, contendo dois pavimentos, a saber; pavimento térreo dividido em copa, sala, cozinha, saleta instalação completa para empregada, varanda na frente, banheiro, garagem e área de serviço coberta, pavimento superior dividido em duas suítes, duas salas, escada de acesso, piso de taco e cerâmica forrada de laje, cobertura de telhas de amianto, com todas as instalações. A casa possui piscina, 2 (duas) garagens, sendo um portão para a Rua Parnaíba e outro voltado para a Rua 14, sendo a porta de entrada do imóvel voltada para a Rua Parnaíba. Janelas, portas portões e forro do telhado em madeira desgastada pelo uso e falta de conservação. Registrado no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Governador Valadares/MG sob a matrícula nº 17.747, Livro nº 02 Registro Geral.
Reavaliado em 10/03/2017: A quota parte pertencente ao executado (50%) foi avaliada em R\$ 350.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS).
Ônus: - **Arrematação (R-08-17.747)** da metade ideal do imóvel por Gildo Leite Rezende, brasileiro, engenheiro, CPF nº 104.785.826-68. Carta de Arrematação datada de 07/02/2003, expedida pela 2ª Vara Cível desta Comarca, nos autos do processo de Execução nº 105.95.006.652-9.
- **Penhora (R-06-17.747)** - Auto de Penhora e Avaliação, datado de 11/09/1996, expedido pela Justiça do Trabalho/Tribunal Regional do Trabalho da 3ª região, assinado pelo Sr. Atila Gomes, oficial de justiça, acompanhado do Mandado de verificação de Registro, assinado pelo Dr. Manuel Galdino da Paixão Júnior, Juiz Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Governador Valadares/M G - Processo nº 1ª JCJ-GV 1.326/96 e referente à Carta Precatória Executória, oriunda da 2ª CJC de Porto Velho/RO - Processo na 2.714/02, Reclamante: Inan de Souza Gonçalves, Reclamados: NN Publicidade, Nélcio César Nogueira e Juraci Maria da Silva. Valor: R\$ 13.717,28 (treze mil, setecentos e dezessete reais e vinte e oito centavos);
- **Penhora (R-07-17.747)** - Mandado de Registro de Penhora, datado de 01/08/2001, expedido pela Secretaria da Vara da Infância, Juventude e Precatórias desta Comarca, extraído do Processo (Precatória) nº 105.00.013.841-9, Autora: Petrobrás Distribuidora S/A, Réus: Nélcio Cezar Nogueira, CPF nº 154.709.206-82 e Posto Frei Inocêncio Ltda e outros. Valor da Execução: R\$ 51.828,44 (cinquenta e um mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos).
Penhora (R-10-17.747) - Mandado de Registro de Penhora, datado de 20/07/2006, expedido pela Secretaria da 7ª vara local, extraído do processo nº 105.01.034879-2, firmado pelo Dr. José Maurício Cantarino Villela, MM. Juiz de Direito da 7a Vara Cível desta Comarca. Autora: Fazenda Pública do Município de Governador Valadares, Réu: Nélcio César Nogueira, CPF nº 154.709.206-82. Valor da dívida: R\$ 2.542,30 (DOIS MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E TRINTA CENTAVOS). A penhora versa apenas sobre a metade ideal do imóvel.
- **Penhora (R-12-17.747)** - Mandado de Penhora e Avaliação datado de 09/04/2015 acompanhado de Auto de Penhora datado de 06/04/2015, extraídos do processo nº 0105.13.028644-3, expedidos pela 4ª Vara Cível esta Comarca. Autora: Fazenda Pública do Município de Governador Valadares, Réu: Nélcio César Nogueira, CPF nº 154.709.206-82. Fiel Depositário: Luciano Gonçalves Nascimento, advogado, OAB/MG nº 119.446, residente na Av. Paranaíba, nº 113, Ilha dos Araújo, nesta cidade. Valor da dívida: R\$ 5.375,01 (CINCO MIL, TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E UM CENTAVO). A penhora versa apenas sobre a metade ideal do imóvel.
Localização do bem: - Rua Parnaíba, nº 113 (esquina da Rua Parnaíba com a Rua 14). Bairro Ilha dos Araújo - Governador Valadares/M G.
VALOR DA DÍVIDA: R\$ 56.197,18 (CINQUENTA E SEIS MIL, CENTO E NOVENTA E SETE REAIS E DEZOITO CENTAVOS).
PAGAMENTO:
O preço mínimo, para o primeiro leilão, é o valor da avaliação, e no segundo leilão, 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação. O pagamento deverá ser realizado à vista ou, mediante caução de 20% (vinte por cento) do valor ofertado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias. Não realizado o pagamento, haverá perda da caução em favor do exequente. O pagamento do preço ou da caução deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892 do NCPC).
PARCELAMENTO E INADIMPLEMENTO:
O bem poderá ser adquirido para pagamento em prestações, por preço não inferior ao da avaliação, até o início do primeiro leilão, ou até o segundo leilão, por preço não inferior a 60% (sessenta por cento) da avaliação, mediante pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, com garantia do próprio bem. A proposta deverá ser apresentada diretamente ao leiloeiro até o início do leilão e deverá conter o prazo, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo, e será submetida à apreciação judicial, conforme art. 895 do NCPC.
No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza a exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que deu a arrematação (artigos 895, § 4º e 5º do NCPC). A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (art. 895, §7º do NOVO CPC).
A apresentação da proposta prevista no art. 895 do NCPC não suspende o leilão (art. 895, §6º, do NCPC)
MODALIDADE PRESENCIAL E ELETRÔNICO: Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns) deverá comparecer no local, no dia e na hora mencionados, ou ofertar lances pela Internet através do site www.bessaleiloes-com.br.. devendo para tanto os interessados efetuarem cadastramento prévio em até 72 (setenta e duas) horas de antecedência do início do leilão (art. 7º, da Resolução nº 92/2009 do CJF), confirmar os lances e recolher a quantia respectiva na data designada para a realização da praça, para fins de lavratura do termo próprio, ficando Ciente de que os arrematantes deverão depositar a disposição do Juízo o valor total da arrematação, via depósito Judicial no prazo de 1 (um) dia a partir do encerramento do leilão (art. 28 da Resolução nº 92/2009 do CJF).
ÔNUS DO ARREMATANTE: Custas de arrematação no importe de 0,5%, respeitando o limite mínimo de 10 UFIR's (R\$ 10,64) e máximo de 1.800 UFIR's (R\$ 1.915,38), conforme Lei nº. 9.289/96, e comissão da leiloeira de 5% (cinco por cento), calculados sobre o valor da arrematação. Cabe ao arrematante custear o transporte do bem arrematado, bem como providenciar o pagamento de despesas relativas ao registro da transferência da propriedade.
LOCAL, DATAS E HORÁRIO: FADIVALE - Faculdade Vale do Rio Doce, Rua Dom Pedro II, nº 244, Centro, Governador Valadares/MG e através do site www.bessaleiloes.com.br. 1º Leilão: dia 09/05/2017, à partir das 14:00 horas; e 2º Leilão: no mesmo dia, à partir das 14:30 horas - que somente será realizado na hipótese de o bem não alcançar o valor da avaliação no 1º leilão, caso em que a venda será pelo melhor preço, desde que não seja considerado preço vil, entendido como 60% do valor da avaliação.
ADVERTÊNCIAS ESPECIAIS:
01) Ficam intimados pelo presente Edital o(s) executado(s) e respectivo(s) cônjuge(s), se casado(s) for(em), bem como o(s) coproprietário(s), o(s) depositário(s) e, ainda, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de direito real de uso, se a penhora recair sobre bem gravado com tais direitos reais; o proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, se a penhora recair sobre tais direitos reais; o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, que não seja de qualquer modo parte na execução, o promitente comprador e o promitente vendedor, quando for o caso, e, por fim, a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado, caso não tenha(m) sido localizado(s) para intimação pessoal, bem como se frustrada a intimação por outro meio idôneo, acerca do processo de execução, do leilão designado, nos termos do art. 889, NCPC;
02) Havendo arrematação do(s) bem(ns), será devida a comissão de 5% sobre o valor da arrematação, em favor do leiloeiro, devendo a comissão ser depositada na conta do leiloeiro, a ser informada oportunamente, no prazo de 1 (um) dia, devendo o comprovante de pagamento ser juntado aos autos;
03) O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontrar(em), não cabendo à Justiça Federal e/ou à leiloeira quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem, impostos, encargos sociais e transportes daqueles arrematados. Será ainda atribuição dos licitantes/arrematantes a verificação do estado de conservação, situação de posse e especificações dos bens oferecidos no leilão. Qualquer dúvida ou divergência na identificação/descrição do(s) bem(ns) deverá ser dirimida no ato do leilão;
04) Os débitos decorrentes de multas, IPVA e outros que eventualmente gravem o(s) bem(ns) e cujo fato gerador seja anterior à expedição da carta de arrematação serão sub-rogados no valor ofertado na arrematação;
Para os bens imóveis, a expedição da carta de arrematação ficará condicionada à comprovação do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI;
06) A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas de execução (art. 901, §1º do NCPC);
07) Passado o prazo de 10 (dez) dias após o aperfeiçoamento da arrematação, sem que tenha havido alegação de qualquer das situações previstas no §1º do art. 903 do NCPC, será expedida carta de arrematação e, conforme o caso, a ordem de entrega ou mandado de imissão na posse (art. 901, §3º do NCPC);
8) Poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão de bens do leilão, independentemente de prévia comunicação;
09) No caso de um lote com diversos bens, estes podem ser arrematados separadamente. Dar-se-á preferência, entretanto, ao lance que se propuser a arrematá-los todos, em conjunto (art. 893 do CPC/2015).
10) No caso de bem imóvel em posse de terceiro, caberá ao arrematante tomar as medidas cabíveis à sua imissão na posse do bem.
Expedido nesta cidade de Governador Valadares, aos 24 de abril de 2017. Eu Adriana Cristina da Silva, matrícula MG-215303, o digitei e conferi. E eu Sebastião Alves de Jesus, Diretor de Secretaria, reconferi e subscrevi. VINICIUS COBUCCI SAMPAIO. Juiz Federal Substituto.

A Diretora da Faculdade de Letras, Profa. Graciela Inês Ravetti Gómez, informa que no período de 02 de maio de 2017 a 14 de junho de 2017, estarão abertas as inscrições para a admissão ao Curso de Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Língua e Produção de Textos. As vagas para o 2º semestre de 2017 são em número de 40 (quarenta). A inscrição poderá ser feita pessoalmente no período de 02 de maio de 2017 a 14 de junho de 2017, das 8h às 18h, no endereço: Faculdade de Letras, Av. Antonio Carlos, 6627, telefone (031) 3409-4220, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário de 08:00 às 17:00 horas, pela internet através do site: www.fundep.ufmg.br, ou via correio, sendo a data limite para postagem da documentação até 14 de junho de 2017 (14/06/2017). O Edital, na íntegra, poderá ser acessado no endereço eletrônico: www.fundep.ufmg.br. A inscrição deverá ser feita pelo e-mail: inscricao@fundep.ufmg.br.
A Diretora da Faculdade de Letras, Profa. Graciela Inês Ravetti Gómez - Faculdade de Letras.

GRANJA WERNECK S.A. - CNPJ 17.270.901/0001-04 NIRE 31300036987 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Atendendo solicitação feita pelos acionistas Jayme Vianna Furquim Werneck, Francisco Vianna Furquim Werneck, Juliana Drumond Furquim Werneck e Bitarêes e Participações Ltda., detentores de 6,85% do capital social da Companhia, com base no artigo 123, parágrafo único, alínea "c" da Lei 6.404/1976, ficam os acionistas da Granja Werneck S.A. convocados, nos termos do parágrafo 1º do artigo 17º do seu Estatuto Social, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 03 de junho de 2017, às 9:00 horas, no Hotel Boulevard Park, na Rua Bernardo Guimarães, nº 925, Funcionários, em Belo Horizonte – MG, para tratar da seguinte ordem do dia: Tramitação da reintegração de posse, situação da área delimitada como quilombola, andamento das cobranças de IPTU, prestação de serviços advocatícios e possibilidades de dissolução da sociedade. Na hipótese de representação dos Acionistas da Companhia por procurador, os instrumentos de mandato deverão ser outorgados nos termos dos artigos 126, §1º, da Lei 6.404/76, e 19 do Estatuto Social da Companhia, e depositados na sede da Companhia até 2 (dois) dias antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral. Belo Horizonte, 27 de abril de 2017. Conselho de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2017
– PROCESSO Nº 041/2017

O Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas – MG, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal 8666/93 e Decreto Municipal nº 8.447/06, torna público que fará realizar no dia 15 de Maio de 2017 às 13:00 horas por meio da INTERNET, através do site www.licitacoes-e.com.br, a abertura do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 036/2017, objetivando o Fornecimento de 1500 toneladas de sulfato de alumínio isento de ferro líquido, para tratamento de água para consumo humano, conforme especificação técnica e quantidades constantes do anexo I do edital. O referido edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.dmaepc.mg.gov.br. Informações pelo telefone 35.3697.0628. Poços de Caldas, 27 de abril de 2017 - Portaria nº 141/2015

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENGENHEIRO NAVARRO/MG**

AVISO DE LICITAÇÃO.

Processo Licitatório 34/17. Pregão Presencial 24/17. Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos éticos apurado com o maior desconto sobre a tabela de preços da CMED/ANVISA. Sessão dia 15/05/17 às 09:00 h. Processo Licitatório 36/17. Pregão Presencial 25/17. Objeto: Registro de preços para aquisição de pães, biscoitos e salgados. Sessão dia 16/05/17 às 09:00 h. Processo Licitatório 37/17. Pregão Presencial 26/17. Objeto: Registro de preços para aquisição de instrumentos musicais. Sessão dia 16/05/17 às 10:00 h. Edital disponível pelo email licitacaonavarro@gmail.com ou na sala de divisão de Licitação (Av. José Marques Caldeira, nº. 329, Centro). Tel: 38 3253-1177.

Bianca S. Rodrigues - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

O Prefeito Municipal de Lagoa Santa e o Secretário Municipal de Saúde e Gestor do SUS - Lagoa Santa tornam pública a homologação do Edital Nº 005/2017/SEMSA do Processo Seletivo Simplificado de Títulos destinado à formação de cadastro de reserva de vagas para Recomposição das Equipes do CREAB, Assistência Farmacêutica, Regulação Assistencial, Policlínicas Regionais, CEO - Centro de Especialidades Odontológica, Equipes do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Centro de Atenção Psicossocial de Alcool e Drogas - CAPS AD e Centro de Atenção Psicossocial Infantil - CAPS I para funções da Secretaria Municipal de Saúde, dispostos no Edital Nº 005/2017, nos termos do art. 37, IX, da Constituição da República, da Lei Municipal nº 3.241 de 16 de janeiro de 2012 e seus anexo, e da Lei 2.758 de 28 de dezembro de 2007.

Lagoa Santa 26 de Abril de 2017

CÂMARA MUNICIPAL DE
ITACARAMBI/MG

Torna público que realizará Processo Licitatório nº 001/2017 - Tomada de Preços 001/2017, destinado a Contratação de Serviços Técnicos de Consultoria e Assessoria Contábil, abertura dia 15/05/2017 às 10h00min, na Plenária da Câmara, situada na Rua Alferes Propércio, nº 39 - Centro, Itacarambi/MG, mais informações (38) 3613-1500 ou através do e-mail: cmitac@bol.com.br.

CÂMARA MUNICIPAL DE
ITACARAMBI/MG

Torna público que realizará Processo Licitatório nº 002/2017 - Tomada de Preços 002/2017, destinado a Contratação de Serviços de Acessoria Jurídica, abertura dia 16/05/2017 às 10h00min, na Plenária da Câmara, situada na Rua Alferes Propércio, nº 39 - Centro - Itacarambi/MG, mais informações (38) 3613-1500 ou através do e-mail: cmitac@bol.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG.

A Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas-MG torna público a realização de Processo nº 033/2017 - Tomada de Preços nº. 003/2017 - Objeto: Contratação de empresa para Execução de Obra de Pavimentação Asfáltica em CBUQ nas Ruas Belo Horizonte e Severiano Marra, conforme Convênio nº 1491000451/2016/SEGOV e especificações do Edital. Cadastromento: Até 3 dias antes da Abertura/Julgamento. Abertura/Julgamento: Dia 15/05/2017, às 09h00min. Maiores informações diretamente na sede da prefeitura ou pelo telef. (38) 3675-1121. Bonfinópolis de Minas-MG, 27/04/2017. **Nádylla Aparecida Silva e Souza - Presidente da Comissão Permanente de licitação**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG.

A Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas-MG torna público a realização de Processo Nº 036/2017 - Pregão Nº 032/2017 – Objeto: Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de medicamentos e materiais Médico Hospitalar, de forma parcelada, do tipo maior desconto sobre as tabelas da revista Simpro e Cmed/Anvisa, com recursos do FES/FMS, nos termos do Edital. Sessão de recebimento de propostas e Julgamento: 11/05/2017 às 08:00 horas. Informações Prefeitura ou pelo telefone: 0xx38-3675-1121.

Bonfinópolis de Minas - MG, 27.04.2017.
Nádylla Aparecida Silva e Souza - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ/MG

Aviso de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 031/2017

A Secretaria Municipal de Administração, torna público que fará realizar, no dia 11/05/2017 às 14h00min, PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2017, cujo objeto é Promover Registro de Preço, consignado em Ata, para aquisição de cascalho peneirado, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras, conforme constante neste Edital e seus Anexos. O Edital na íntegra encontra-se disponibilizado no site: www.sabara.mg.gov.br, e no Protocolo da Prefeitura, localizado na Rua Comendador Viana, nº 119, mediante o pagamento das cópias reproduzidas no valor de R\$ 12,68.

Sabará, 27 de abril de 2017

Hélio César Rodrigues de Resende

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ/MG

Aviso de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017

A Secretaria Municipal de Administração torna público que fará realizar, no dia 12/05/2017 às 09h00min, PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017, cujo objeto é promover Registro de Preço, consignado em Ata, para aquisição de materiais de construção - aço e afins, em atendimento às Secretarias Municipais de Obras, Meio Ambiente e Administrações Regionais. O Edital na íntegra encontra-se disponibilizado no site: www.sabara.mg.gov.br, e no Protocolo da Prefeitura, localizado na Rua Comendador Viana, nº 119, mediante o pagamento das cópias reproduzidas no valor de R\$ 13,00.

Sabará, 27 de abril de 2017.

Hélio César Rodrigues de Resende

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONSTRUTORA NOVOLAR S/A

CNPJ Nº 03.633.447/0001-96

BALANÇO PATRIMONIAL - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em Reais mil)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015	01/01/2015		31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015	01/01/2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	5.226	41.987	13.475	17.228		49.509	18.670		
Contas a receber de clientes	11.858	11.286	37.479	39.139		65.454	118.677		
Imóveis a comercializar	41.954	30.901	3.324	126.544		100.922	61.520		
Partes relacionadas	18.990	5.203	5.310	18.112		4.728	5.908		
Tributos a recuperar	762	217	89	1.238		435	193		
Despesas antecipadas	572	847	130	1.806		1.196	746		
Outras contas a receber	24	41	30	25		46	77		
Total do ativo circulante	79.386	90.482	59.837	204.092		222.290	205.791		
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Contas a receber de clientes	364	658	68	7.149		16.347	18.307		
Depósitos judiciais	553	293	110	681		375	238		
Despesas antecipadas	2	50	-	2		62	-		
Imóveis a comercializar	15.706	15.598	15.977	15.706		15.598	15.977		
Outras contas a receber	37	37	106	37		37	105		
	16.662	16.636	16.261	23.575		32.419	34.627		
Investimentos	92.846	96.367	107.419	26.948		42.512	50.273		
Imobilizado	10.125	10.946	9.275	10.205		11.574	13.305		
Intangível	16	-	-	16		-	-		
Total do ativo não circulante	119.649	123.949	132.955	60.744		86.505	98.205		
Total do ativo	199.035	214.431	192.792	264.836		308.795	303.996		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em Reais mil)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita operacional líquida	31.981	146.870	86.934	260.312
Custo dos imóveis vendidos	(36.252)	(121.335)	(74.891)	(219.597)
Lucro (prejuízo) bruto	(4.271)	25.535	12.043	40.715
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(8.859)	(6.611)	(9.762)	(7.362)
Com vendas	(2.119)	(659)	(6.807)	(5.352)
Equivalência patrimonial	612	4.101	(7.018)	(5.163)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(433)	(331)	(799)	(539)
Lucro (prejuízo) operacional	(15.070)	22.035	(12.343)	22.299
Receitas financeiras	1.919	1.789	4.651	3.110
Despesas financeiras	(1.531)	(1.823)	(4.472)	(2.642)
Ajuste a valor presente	(113)	(68)	597	2.564
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.795)	21.933	(11.567)	25.331
Imposto de renda e contribuição social	(225)	(745)	(1.579)	(2.395)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(15.020)	21.188	(13.146)	22.936
Atribuível a:				
Quotistas da Sociedade	-	-	(15.020)	21.188
Participação dos não controladores	-	-	1.874	1.748
	-	-	(13.146)	22.936

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em Reais mil)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(15.020)	21.188	(13.146)	22.936
Total do resultado abrangente	(15.020)	21.188	(13.146)	22.936

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em Reais mil)

	Atribuíveis aos controladores						
	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido			
Saldo em 1º de janeiro de 2015	32.560	5.976	77.575	116.111	13.111	129.222	
Ajustes de exercícios anteriores	-	2.298	-	2.298	(139)	2.159	
Saldo de abertura ajustado	32.560	5.976	79.873	118.409	12.972	131.381	
Lucro líquido do exercício	-	-	21.188	21.188	1.748	22.936	
Aportes nas controladas por sócios não controladores	-	-	-	-	(1.841)	(1.841)	
Outros	-	-	(6)	(6)	(316)	(322)	
Destinação do lucro líquido do exercício	-	264	-	(264)	-	-	
Constituição de reserva legal	-	-	-	(855)	(855)	(4.878)	
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(2.172)	(2.172)	-	
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	
Reserva estatutária para investimento e capital de giro	-	17.891	(17.891)	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	32.560	6.240	97.764	136.564	8.540	145.104	
(Prejuízo) do exercício	-	-	(15.020)	(15.020)	1.874	(13.146)	
Aportes nas controladas por sócios não controladores	-	-	-	-	28	28	
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(8.103)	(8.103)	(9.543)	
Dividendos distribuídos e capitalizados	72.000	-	(72.000)	-	-	-	
Absorção do prejuízo pelo saldo das reservas de lucros	-	-	(15.020)	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	104.560	6.240	2.641	113.441	9.002	122.443	

As demonstrações completas encontram-se disponíveis na sede da empresa.

CONTADOR: Augusto Labosiêre
CRC-MG 074639/0-2

Passivo e patrimônio líquido

Circulante

	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fornecedores	4.391	6.443	14.023	8.739	16.271	21.313
Salários e encargos sociais	571	1.289	602	656	1.909	1.361
Tributos a pagar	745	739	879	1.227	1.439	1.549
Imposto de renda e contribuição social	3	3	171	108	235	269
Obrigações por compra de imóveis	11.634	14.120	1.578	11.634	14.120	1.610
Empréstimos e financiamentos	6.974	8.438	9.885	29.085	60.134	9.885
Tributos a pagar diferidos	246	155	364	1.783	2.060	3.028
Dividendos a pagar	237	4.236	6.240	237	4.236	6.240
Adiantamentos de clientes	40	1.039	-	40	1.039	2.868
Partes relacionadas	6.325	5.319	10.803	538	438	15.148
Outras contas a pagar	79	83	36	2.311	1.357	484
Total do passivo circulante	31.245	41.864	44.581	56.358	103.238	63.755
Não circulante						
Obrigações por compra de imóveis	2.227	2.227	2.227	2.227	2.227	2.227
Empréstimos e financiamentos	9.067	5.370	13.517	19.253	5.564	61.163
Tributos a pagar diferidos	19	1	3	19	666	789
Adiantamentos de clientes	25.582	15.317	10.817	36.860	30.752	29.424
Provisão para contingências	764	801	480	8.373	8.152	7.669
Provisão para manutenção de imóveis	6.402	6.319	2.584	10.763	12.182	7.414
Provisão para passivo a descoberto	2.938	5.798	19	1.190	740	19
Outras contas a pagar	7.350	170	155	7.350	170	155
Total do passivo não circulante	54.349	36.003	29.802	86.035	60.453	108.860
Patrimônio líquido						
Capital social	104.560	32.560	32.560	104.560	32.560	32.560
Reservas de lucros	8.881	104.004	85.849	8.881	103.864	85.849
Participação dos não controladores	-	-	-	9.002	8.680	12.972
Total do patrimônio líquido	113.441	136.564	118.409	122.443	145.104	131.381
Total do passivo e patrimônio líquido	199.035	214.431	192.792	264.836	308.795	303.996

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em Reais mil)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fluxo das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(15.020)	21.188	(13.146)	22.936
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	1.259	1.863	1.748	2.862
Provisão para contingências	(37)	321	221	483
Provisão para manutenção	83	3.735	(1.419)	4.768
Ajuste a valor presente sobre contas a receber	113	68	(597)	(2.564)
Resultado de equivalência patrimonial	(612)	(4.101)	7.018	5.163
Baixa de ativos imobilizados	442	-	214	-
Imposto de renda e contribuição social	225	745	1.579	2.395
Outros	-	(6)	-	(322)
	(13.547)	23.813	(4.382)	35.721

Variações no capital circulante

(Aumento) redução dos ativos e passivos

Contas a receber de clientes	(391)	25.535	36.110	57.747
Imóveis a comercializar	(11.161)	(27.198)	(25.730)	(39.023)
Tributos a recuperar	(545)	(128)	(803)	(242)
Partes relacionadas	(12.948)	(5.377)	(13.284)	(13.530)
Outros ativos	80	(892)	(836)	(550)
Fornecedores	(2.052)	(7.580)	(7.532)	(5.042)
Salários e encargos sociais	(718)	687	(1.253)	548
Tributos a pagar	(15)	(14)	121	106
Impostos diferidos	109	(211)	(924)	(1.091)
Obrigações por compra de imóveis	(2.486)	12.542	(2.486)	12.510
Adiantamentos de clientes	9.266	5.539	5.109	(501)
Outros passivos	7.176	62	8.135	888
Imposto de renda e contribuição social pagos	(204)	(1.039)	(2.039)	(2.645)

INSTITUTO EDUCACIONAL CÂNDIDA DE SOUZA

CNPJ: 17.326.299/0001-71

MANTENEDOR DA FACULDADE DE ENGENHARIA DE MINAS GERAIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 - (Em reais)

ATIVO	Nota	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Nota	31.12.15
CIRCULANTE			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 - (Em Reais)

1- CONTEXTO OPERACIONAL
O INSTITUTO EDUCACIONAL CÂNDIDA DE SOUZA é uma Entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, que tem por fim organizar e manter escolas destinadas a ministrar cursos de segundo ciclo e superior de conformidade com as leis vigentes. O Instituto atua basicamente como mantenedor da Faculdade de Engenharia de Minas Gerais - FEAMIG e do Centro de Formação Tecnológica de Minas Gerais - CENTROMIG, cuja atualmente, com duas unidades na cidade de Belo Horizonte. Uma está localizada no Bairro Floresta, onde funcionam os cursos de Especialização (lato-sensu): Engenharia de Segurança do Trabalho, Engenharia de Estradas, curso técnico em Agrimensura e curso pós técnico de Georreferenciamento. A outra unidade está localizada no Bairro Gamela, onde funcionam os cursos de Engenharia de Produção, Engenharia de Agrimensura, Engenharia Civil e as atividades de extensão. O Instituto é administrado por uma Diretoria composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor Financeiro que são eleitos pela Assembleia Geral e não percebem remuneração. Conforme evidenciado nas demonstrações contábeis os recursos do Instituto são aplicados em suas finalidades institucionais, definidas no Estatuto Social.

2- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As presentes demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade observando as disposições da NBC T 10.19 e ITG 2002 - Entidades sem fins lucrativos. As referidas demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pelo Conselho Diretor no dia 20 de abril de 2017.

3- PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
São as principais práticas contábeis: a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, bancos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. b) **Contas a receber:** Estão representadas por direitos a receber de alunos pela conta prestação de serviços educacionais. c) **Provisão para perdas em contas a receber:** Constituídas em montante considerado necessário para fazer face a possíveis valores incobráveis de mensalidades a receber. d) **Imobilizado:** Demonstrado ao custo histórico de aquisição e/ou formação, combinado com os seguintes aspectos: • Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. • Depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 6, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens, com exceção dos terrenos que não são depreciados. • Perda para valor recuperável dos ativos (impairment), quando aplicável. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. A administração procede anualmente à análise dos valores registrados no imobilizado de forma a validar sua recuperabilidade, bem como revisa a vida útil dos bens para o cálculo da depreciação. e) **Intangível:** Os ativos intangíveis são representados basicamente por Direito de uso de Software, os quais são avaliados ao custo de aquisição e são amortizados levando em conta o prazo de validade dos registros, que é de 5 anos. O intangível é submetido pela administração ao teste de recuperabilidade.

f) **Provisão de férias e encargos sociais:** Foram calculados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os encargos sociais correspondentes. g) **Outros passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, pelos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. h) **Auração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. As receitas e despesas da Entidade são apropriadas com base em documentos que atendem às exigências legais. A Entidade não está sujeita à impostos sobre o superávit, mas está sujeita a apresentação da declaração de rendas anual, bem como ao cumprimento de certas obrigações acessórias.

4- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.16	31.12.15
Caixa e bancos	14.911	25.075
Aplicações Financeiras	10.380	-
	<u>25.291</u>	<u>25.075</u>

As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e tem prazo de resgate de até 30 dias.

5- CONTAS A RECEBER
No segmento de ensino superior presencial, o Instituto possui alunos contemplados pelo Programa FIES. No final de 2014, ocorreram atrasos nos repasses pelo Governo Federal. Tais atrasos foram renegociados e estão sendo regularizados em 3 parcelas nos exercícios de 2016 (25%), 2017 (25%) e 2018 (50%) corrigida monetariamente pelo IPCA, conforme Termo de Acordo Judicial celebrado entre a ABRAPES - Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino Superior, a União Federal, a SESU - Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e o FNDE. Em 14 de julho de 2016 foi divulgada a Medida Provisória nº 741, que altera a lei 10.260 de 12 de julho de 2001, sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), estabelecendo que as instituições de ensino deduzam 2% sobre o valor dos encargos educacionais liberados, que deverão ser transferidos diretamente aos agentes financeiros, responsáveis pelos repasses do programa - atualmente Banco do Brasil e Caixa Econômica. A política de vendas do Instituto acompanha o risco inerente a seu segmento de atuação e é limitado pelas regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A legislação permite a não renovação da matrícula do aluno em caso de inadimplência para o semestre seguinte, fazendo com que o mesmo negocie seus débitos com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis

e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A Sociedade adota a prática de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa dos títulos vencidos há mais de 180 dias. Conforme a legislação que instituiu esse Programa, a Companhia recebe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE repasses correspondentes (98% sem Fundo garantidor e 94,2% com fundo garantidor) ao montante financiado por seus alunos. Adicionalmente, o Instituto pode também compensar tributos federais com os montantes a serem repassados pelo FNDE. O Instituto instituiu um programa de parcelamento de mensalidades Profines, para facilitar ingresso do aluno que não conseguiu o Fies, devido as alterações ocorridas. O Instituto constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. O Instituto é responsável por uma parcela de eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos sem fundo garantidor, a Companhia é responsável por 15% de uma eventual inadimplência do aluno. Para contratos com fundo garantidor o Instituto é responsável por 1,5% de uma eventual inadimplência do aluno.

6. IMOBILIZADO

	31.12.15	Adições	Baixas	Transf.	31.12.16
Terrenos	8.284	-	-	-	8.284
Edificações	2.172.099	-	-	-	2.172.099
Imobilizado em andamento	1.886.254	-	-	-	1.886.254
Conteiner	70.034	-	-	-	70.034
Móveis e utensílios	327.134	-	-	-	327.134
Máquinas, equipamentos e acessórios	587.429	-	-	-	587.429
Equipamentos eletrônicos	267.363	-	-	-	267.363
Instalações	70.691	-	-	-	70.691
Laboratórios	16.710	20.212	-	-	36.922
Consórcio Bradesco em andamento	255.191	2.220	-	-	2.220
Biblioteca	16.286	971	-	-	16.286
Bens disponíveis p/ baixa	16.285	-	-	-	16.285
	<u>5.677.474</u>	<u>23.403</u>	-	-	<u>5.700.877</u>
	(2.112.642)	(199.795)	-	-	(2.312.437)
	(16.286)	-	-	-	(16.286)
	<u>3.548.546</u>	<u>(176.392)</u>	-	-	<u>3.372.154</u>

O Instituto, na forma do CPC-27, vem procedendo à revisão dos critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada dos itens que compõem seu imobilizado para fins de cálculo da depreciação. Os resultados obtidos nesta revisão não apresentaram divergência significativa em relação às taxas de depreciação anteriormente praticadas, nem qualquer necessidade de constituição de provisão quanto a perda de valor em relação ao valor recuperável destes ativos. Considerando o estado efetivado, a administração do Instituto entende pela não necessidade de modificação dos critérios utilizados para depreciação neste exercício. Na forma da Lei 6404/76, Art. 183, § 3º, Incisos I e II o instituto continuará a efetuar análises dos valores registrados no imobilizado e vida útil estimada para cálculo da depreciação, ajustando-os quando necessários.

7. INTANGÍVEL

	31.12.15	Adição	Baixas	31.12.16
Direito de uso de Software	430.906	-	-	430.906
Marcas e patentes	639	-	-	639
	<u>431.545</u>	-	-	<u>431.545</u>
Amortização acumulada	(402.420)	(22.959)	-	(425.379)
	<u>29.125</u>	<u>(22.959)</u>	-	<u>6.166</u>

8- EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31.12.16	31.12.15
Empréstimos para Capital de Giro	1.408.027	1.033.628
Conta Garantida	306.441	275.613
	<u>1.714.468</u>	<u>1.309.241</u>
Parcela circulante	1.544.929	880.194
Parcela não circulante	169.539	429.047
	<u>1.714.468</u>	<u>1.309.241</u>

Os empréstimos para capital de giro estão sujeitos a encargos financeiros que oscilam entre 1,20% e 2,03% a.m. São vencíveis em parcelas mensais e consecutivas e estão garantidos por avais da diretoria. Os empréstimos em "conta garantida" são contraiados para fazer face às necessidades imediatas de recursos por avais da Diretoria e estão sujeitos a encargos médios de 3,6% a.m. As parcelas a longo prazo tem seus vencimentos pactuados para ocorrer em novembro de 2018.

9- PARTE RELACIONADA

	31.12.16	31.12.15
Passivo Não Circulante	270.042	170.000
Nadyr Conceição Costa	<u>270.042</u>	<u>170.000</u>

As transações entre o Instituto e a parte relacionada são representados por empréstimos concedidos sob a forma de contratos de mútuo e estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes a variação diária da taxa de caderneta de poupança.

10- OBRIGAÇÕES FISCAIS, SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	31.12.16	31.12.15
Circulante:		
INSS a recolher	607.907	112.195
IRRF	81.028	83.440

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha e tem prazo de resgate de até 30 dias.

5- CONTAS A RECEBER
No segmento de ensino superior presencial, o Instituto possui alunos contemplados pelo Programa FIES. No final de 2014, ocorreram atrasos nos repasses pelo Governo Federal. Tais atrasos foram renegociados e estão sendo regularizados em 3 parcelas nos exercícios de 2016 (25%), 2017 (25%) e 2018 (50%) corrigida monetariamente pelo IPCA, conforme Termo de Acordo Judicial celebrado entre a ABRAPES - Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino Superior, a União Federal, a SESU - Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e o FNDE. Em 14 de julho de 2016 foi divulgada a Medida Provisória nº 741, que altera a lei 10.260 de 12 de julho de 2001, sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), estabelecendo que as instituições de ensino deduzam 2% sobre o valor dos encargos educacionais liberados, que deverão ser transferidos diretamente aos agentes financeiros, responsáveis pelos repasses do programa - atualmente Banco do Brasil e Caixa Econômica. A política de vendas do Instituto acompanha o risco inerente a seu segmento de atuação e é limitado pelas regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A legislação permite a não renovação da matrícula do aluno em caso de inadimplência para o semestre seguinte, fazendo com que o mesmo negocie seus débitos com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis

se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 20 de Abril de 2017.

AUDSERVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S. - CRC - 01 - MG 4553 - O

Antônio Lúcio Pereira Santos - Sócio Responsável - Contador - CRC-MG - 19.40

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 - (Em Reais)

	Nota	31.12.16	31.12.15
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11	8.799.835	8.930.758
Custo das atividades escolares		(6.375.414)	(6.349.134)
SUPERÁVIT OPERACIONAL BRUTO		2.424.421	2.581.624
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas		(1.925.975)	(2.119.746)
Pessoal		(644.506)	(664.448)
Provisão para perdas no contas a receber		(444.418)	(312.814)
Tributárias		(261.241)	(194.915)
Receitas eventuais		32.017	33.696
		<u>(3.244.123)</u>	<u>(3.258.227)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(819.702)	(676.603)
Despesa financeira		(643.033)	(449.161)
Receita financeira		129.358	148.966
RESULTADO FINANCEIRO		(513.675)	(300.195)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(1.333.377)	(976.798)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 - (Em Reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Superávit/Déficit do exercício (1.333.377) (976.798)

Outros resultados Abrangentes -

Resultado Abrangente (1.333.377) (976.798)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO

LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 - (Em Reais)

	Fundo Social
Saldo em 31.12.14	2.129.118
Déficit do exercício	(976.798)
Saldo em 31.12.15	1.152.320
Déficit do exercício	(1.333.377)
Saldo em 31.12.16	(181.057)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 - (Em reais)

	31.12.16	31.12.15
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(1.333.377)	(976.798)
Déficit/Superávit do exercício		
Ajustes para conciliar o resultado às Disponibilidades geradas pelas atividades		
Custo de investimento, imobilizado e intangível baixado	-	48.519
Depreciação e amortização	222.754	282.895
Déficit/Superávit ajustado	(1.110.623)	(645.384)
Ajuste de exercício anterior		
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento/Redução) Contas a Receber	(279.802)	(42.585)
(Aumento/Redução) Adiantamentos a funcionários	21.712	(485)
(Aumento/Redução) Outros ativos circulantes	806	14.887
(Aumento/Redução) Contas a receber	23.412	(7.222)
(Aumento/Redução) Fornecedores	158.851	74.838
(Aumento/Redução) Salários e ordenados	202.904	265.453
(Aumento/Redução) Obrigações fiscais, sociais e previdenciárias	475.311	(46.095)
(Aumento/Redução) Adiantamentos de clientes	25.779	(24.764)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	(481.650)	(411.357)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Adição ao Imobilizado (23.403) (139.965)

Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos (23.403) (139.965)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Aumento conta garantida e empréstimos 405.227 383.296

Aumento conta partes relacionadas 100.042 129.460

Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos 505.269 512.756

Aumento do caixa e equivalente de caixa 216 (38.566)

Demonstração da variação do caixa e equivalente de caixa

No início do período 25.075 63.641

No final do período 25.291 205.075

Aumento do caixa e equivalente de caixa 216 (38.566)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

FGTS a recolher 30.784 28.568

Encargos sociais parcelados 18.207 91.034

Outros 73.357 20.735

811.283 335.972

11- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Patrimônio Social: O patrimônio líquido é representado pelo valor do fundo social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuídos os déficits ocorridos, quando pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2016 é de - R\$ 181.057 (em 2015 R\$ 1.152.320).

12- RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31.12.16	31.12.15
Receitas das atividades escolares	11.876.164	10.279.129
(-) Bolsas, convênios e gratuidades concedidas	(3.076.329)	(1.348.371)
	<u>8.799.835</u>	<u>8.930.758</u>

13- COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, o Instituto efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros.

14- GRATUIDADES E BOLSAS CONCEDIDAS

O Instituto, embora não usufrua de isenção da contribuição para o INSS patronal, tem adotado a prática de conceder gratuidades para carentes e participar de convênios e programas de integração. Os registros contábeis procedidos em contas de compensação e outros registros extracontábeis indicam a concessão dos seguintes principais benefícios no período:

ATIVO E PASSIVO 2016

ATIVO E PASSIVO 2015

Conta

Valor

Conta

Valor

Bolsas de estudo Sindicatos 59.689 Bolsas de estudo Sindicatos 40.031

Bolsas de estudo Monitoria 12.673 Bolsas de estudo Monitoria 12.480

Bolsas institucionais 455.949 Bolsas institucionais 94.857

Bolsas Educar Mais Brasil 1.731.380 Bolsas Educar Mais Brasil -

2.259.691 147.368

NADYR CONCEIÇÃO COSTA KENYA KELLY COSTA DE JESUS

PRESIDENTE Cont. CRC MG 096505/O

Aproveite e anuncie conosco:

(31) 3253-2215

hojeemdia.com.br



jornalhojeemdia



@jornalhojeemdia



@jornalhojeemdia



HOJE EM DIA